



08/março/2023

Ao: Grupo Mateus S.A.

À atenção dos Acionistas e Administradores

Ref.: Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas nº 232HJ-017-PB

Prezados senhores,

Pela presente, encaminhamos aos cuidados de V.Sas. o relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 do Grupo Mateus S.A.

Atenciosamente,

Daniel Menezes Vieira
Sócio

Grupo Mateus S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2022



Índice

	Página
Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	20
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas	26
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021	33



RELEASE DE
RESULTADOS 4T22

Videoconferência de Resultados

09 de março de 2023
10h00 (Horário de Brasília)
08h00 (Horário de Nova York)

Acesse o evento [clikando aqui](#)

Conferência realizada em português com
tradução simultânea para o inglês.



Lucro Líquido totaliza R\$ 1,065 bilhão em 2022, com melhora de R\$ 1,082 bilhão no capital de giro

- 

A receita líquida cresceu 36,6% no 4T22, totalizando R\$ 6,1 bilhões. No critério "mesmas lojas", o crescimento foi de 11,7%. Em 2022, a receita cresceu 37,1% e atingiu R\$ 22 bilhões, com SSS de 13,4%.
- 

O lucro bruto totalizou R\$ 1,3 bilhão no 4T22, 28,9% maior que o registrado no 4T21, com margem bruta de 21,2% no trimestre. No ano, o lucro bruto foi de R\$ 4,8 bilhões, com crescimento de 29,6% e margem bruta de 22,0%.
- 

As despesas operacionais cresceram 33,4% no 4T22 e 33,3% em 2022, apresentando uma diluição de 0,5 p.p. sobre a receita líquida em ambos os períodos.
- 

O EBITDA totalizou R\$ 448 milhões no 4T22, 54,5% maior que o registrado no 4T21. Em 2022, o valor foi de R\$ 1,5 bilhão, um aumento de 42,7%. Excluindo efeitos extraordinários, o Ebitda totalizaria R\$1,4 bilhão no ano, 23,9% maior que o apurado em 2021.
- 

O lucro líquido cresceu 49,3% no 4T22 totalizando R\$ 311 milhões. No ano, o lucro líquido alcançou R\$ 1,1 bilhão, um aumento de 38,5%.
- 

Geração de caixa de mais de R\$ 1 bilhão no 4T22, como resultado, principalmente, das medidas de controle de capital de giro adotadas pela Companhia.
- 

Saldo de caixa passou de R\$ 694,8 milhões em setembro de 2022 e atingiu o patamar de R\$ 1,8 bilhão ao final do ano.
- 

Dívida Líquida/EBITDA vai a 0,0x, com endividamento líquido de R\$ 33,9 milhões ao final de dezembro de 2022, ante R\$ 1,1 bilhão registrado no 3T22 (0,8x).
- 

Inauguração de 5 Atacarejos no trimestre, totalizando 16 novas lojas deste formato no ano, um recorde para o Grupo.
- 

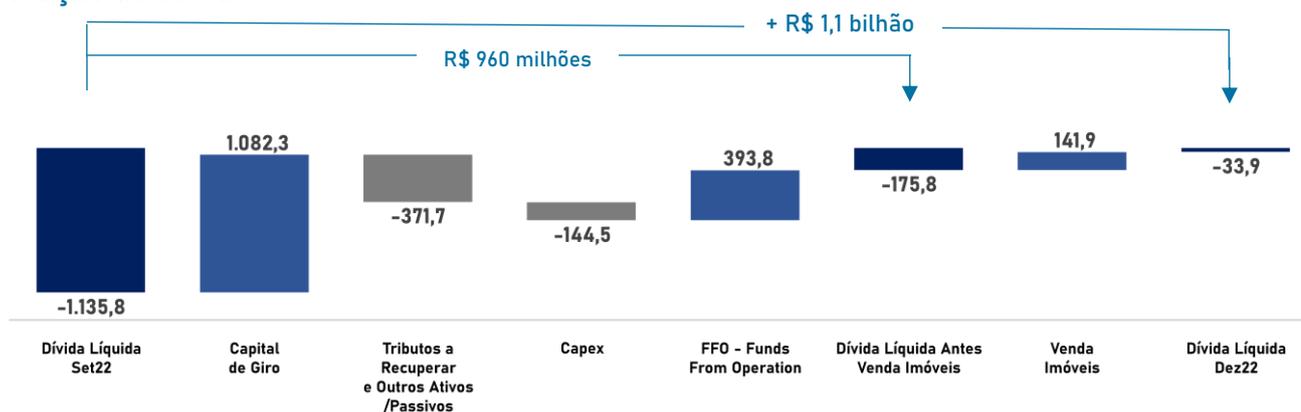
Com as aberturas do 4T22, a Companhia ultrapassou a marca dos 500 mil m² de área de vendas.

* Os números apresentados estão no formato ex-IFRS 16 exceto quando indicado o contrário.

Destaques do Período	4T22	4T21	VAR. (%)	2022	2021	VAR. (%)
Receita Líquida	6.065	4.441	36,6%	21.768	15.877	37,1%
SSS (%)	11,7%	1,4%	10,3 p.p.	13,4%	4,1%	9,3 p.p.
Lucro Bruto	1.289	1.000	28,9%	4.799	3.702	29,6%
Margem Bruta	21,2%	22,5%	-1,3 p.p.	22,0%	23,3%	-1,3 p.p.
Lucro Bruto excluindo os efeitos extraordinários	1.236	1.000	23,6%	4.799	3.702	29,6%
Margem Bruta excluindo os efeitos extraordinários	20,4%	22,5%	-2,1 p.p.	22,0%	23,3%	-1,3 p.p.
EBITDA	448	290	54,5%	1.480	1.037	42,7%
Margem EBITDA	7,4%	6,5%	0,9 p.p.	6,8%	6,5%	0,3 p.p.
EBITDA excluindo os efeitos extraordinários	317	309	2,7%	1.405	1.134	23,9%
Margem EBITDA excluindo os efeitos extraordinários	5,2%	7,0%	-1,7 p.p.	6,5%	7,1%	-0,7 p.p.
Lucro Líquido	311	208	49,3%	1.065	769	38,5%
Lucro Líquido excluindo os efeitos extraordinários	206	227	-9,2%	1.002	866	15,7%

*Efeitos extraordinários estão detalhados nas páginas 6 a 9.

Geração de caixa



Destques por Segmento	4T22	4T21	VAR. (%)	2022	2021	VAR. (%)
Varejo						
Receita Bruta (R\$ milhões)	1.883	1.465	28,5%	6.808	5.230	30,2%
Receita de Serviços	9	15	-40,0%	43	53	-18,9%
Receita Bruta (+ serviços - devoluções)	1.885	1.478	27,5%	6.829	5.208	31,1%
SSS (%)	11,8%	1,5%	10,4 p.p.	12,2%	4,6%	7,6 p.p.
Número de lojas	70	61	9	70	61	9
Inaugurações	-	4	-4	9	12	-3
Área de vendas (mil m²)	120	105	15%	120	105	15%

Atacarejo

Receita Bruta (R\$ milhões)	3.584	2.485	44,2%	12.532	8.697	44,1%
Receita de Serviços	0,2	0,04	412,8%	1,0	0,2	478,0%
Receita Bruta (+ serviços - devoluções)	3.569	2.479	44,0%	12.478	8.737	42,8%
SSS (%)	10,0%	0,1%	9,9 p.p.	11,2%	2,7%	8,4 p.p.
Número de lojas	58	42	16	58	42	16
Inaugurações	5	2	3	16	9	7
Área de vendas (mil m²)	281	204	37%	281	204	37%

Eletro

Receita Bruta (R\$ milhões)	292	292	0,2%	1.117	994	12,4%
Receita de Serviços	10	-	-	27	5	448,0%
Receita Bruta (+ serviços - devoluções)	297	286	3,8%	1.121	979	14,5%
SSS (%)	-3,9%	-13,5%	9,6 p.p.	1,2%	1,7%	-0,4 p.p.
Número de lojas	104	99	5	104	99	5
Inaugurações	2	7	-5	7	23	-16
Área de vendas (mil m²)	99	98	2%	99	98	2%

Venda Externa (B2B)

Receita Bruta (R\$ milhões)	1.079	813	32,7%	4.072	3.019	34,9%
Receita de Serviços	0,1	0,3	-63,3%	4	0,4	875,0%
Receita Bruta (+ serviços - devoluções)	1044	761	37,2%	3.976	2.967	34,0%
Representantes comerciais	2.870	2.226	644	2.870	2.226	644
Rotas	196	167	29	196	167	29
Zonas Municipais	1.432	1.038	394	1.432	1.038	394
Centros de Distribuição	13	12	1	13	12	1

Mensagem do CEO

“2022 foi mais um ano de recordes para o Grupo Mateus. Pela primeira vez, nossa receita bruta ultrapassou a marca dos R\$ 20 bilhões, atingindo R\$ 24,5 bilhões. Inauguramos 16 atacarejos no ano e expandimos nossa presença para 5 novos estados (PE, BA, SE, AL e PB). Esses primeiros meses de operação na Regional Nordeste comprovaram a assertividade da nossa estratégia e nos deram ainda mais empenho para colocar em prática o plano que temos para essa região.

Durante o 4T22, evoluímos na otimização da gestão do capital de giro da Companhia e começamos a sentir os benefícios de tais medidas. Tivemos uma boa redução nos dias de estoque, e uma melhora no prazo de pagamento dos fornecedores, ocasionando uma forte geração de caixa operacional no período.

Em 2023, seguiremos trabalhando no nosso plano de expansão, focados em elevar a rentabilidade do Grupo, para que possamos continuar a entregar um crescimento saudável e rentável.”

Jesuino Martins, CEO do Grupo Mateus

Expansão

O Grupo Mateus realizou 31 inaugurações no ano: 16 atacarejos, 9 varejos e 6 eletros; encerrando o ano com 232 lojas em operação.



58 lojas / +5 4T22



34 lojas



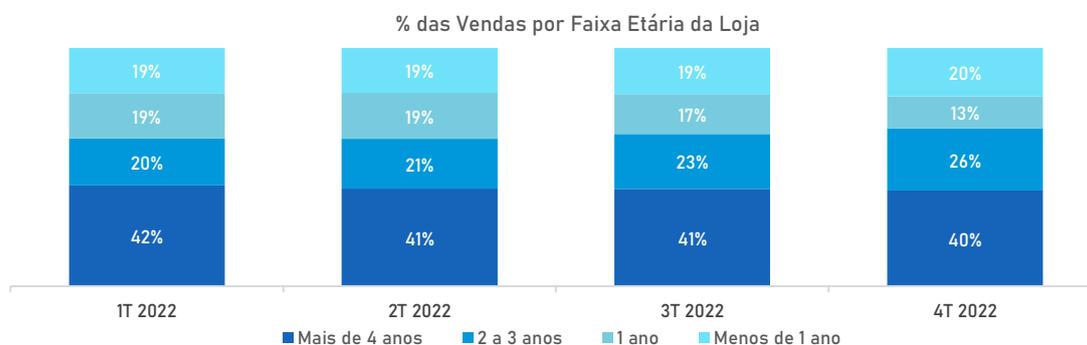
36 lojas



104 lojas / +2 4T22

As inaugurações do trimestre foram concentradas na Regional Nordeste, onde Bahia (Jacobina e Vitória da Conquista) e Paraíba (Guarabira e Cajazeiras) receberam duas lojas de Atacarejo cada. Ao todo, foram inauguradas 11 lojas em cinco estados da Regional durante 2022. Estes números representam um recorde para a Companhia, que, pela primeira vez, chegou em tantos novos estados em apenas um ano, gerando um crescimento de área de vendas da ordem de 23,1% em relação ao 4T21.

No estado do Maranhão foram abertas duas lojas no trimestre: um Atacarejo e um Eletro em Balsas, cidade onde a Companhia iniciou sua trajetória em 1986. Com essas inaugurações, o Grupo atingiu a marca de 130 lojas no estado, consolidando ainda mais sua presença na região.

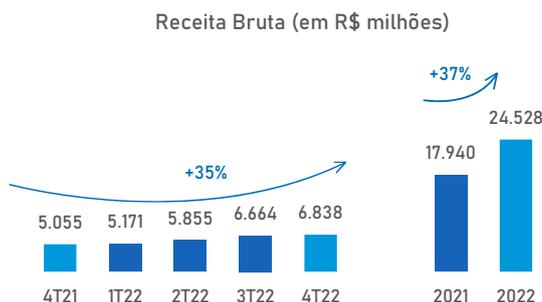


Em 2023, o Grupo continuará trabalhando em seu forte plano de expansão, com o foco direcionado para a abertura de Atacarejos na Regional Nordeste. As lojas orgânicas, bem como a conversão das operações compradas do BIG, darão o suporte que a Companhia necessita para replicar a verticalização existente nos estados do Maranhão e do Pará, com a aplicação da estratégia de adensamento de rotas, que se mostrou bem-sucedida ao longo dos últimos 36 anos.

Receita bruta consolidada

A receita bruta do Grupo alcançou a marca de R\$ 6,8 bilhões no trimestre, com um crescimento de 35,3% em relação ao 4T21. No critério mesmas lojas, a evolução foi de 11,7%, quando comparada ao mesmo período no ano anterior.

Em 2022, a receita bruta do Grupo ultrapassou a marca de R\$ 20 bilhões, totalizando R\$ 24,5 bilhões, um crescimento de 36,7% frente ao ano anterior. A performance em mesmas lojas apresentou crescimento de 13,4% no ano.



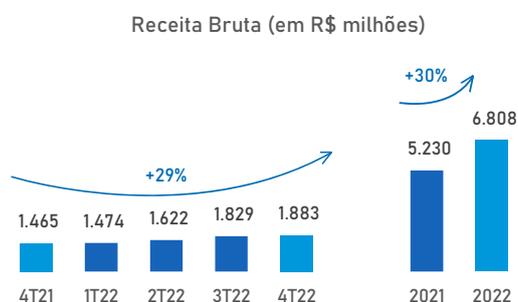
Varejo

O segmento de varejo, que inclui supermercados, hipermercados e lojas de vizinhança, registrou uma receita bruta de R\$ 1,9 bilhão no trimestre, com um crescimento de 28,5%, representando 28% da receita total do Grupo. As bandeiras Hiper/Super e Camião cresceram 21,2% e 46,2%, respectivamente.

O bom desempenho do segmento deve-se tanto às 9 aberturas realizadas no ano (7 Camião e 2 Super), todas em cidades onde o Grupo ainda não operava, como, também, à base de mesmas lojas, que teve uma performance positiva e registrou um crescimento de 11,8% no período (Hiper/Super: 11,0%; Camião: 13,8%).

Nos últimos trimestres, o Camião tem se mostrado um grande diferencial das operações do Grupo, com um modelo adequado tanto para ser a principal loja de cidades pequenas e médias, como para ser uma loja de bairro em grandes cidades. Do ponto de vista logístico, o Camião também dá um suporte necessário à estratégia de expansão, já que auxilia no adensamento de rotas e, conseqüentemente, no ganho de market share e de rentabilidade.

Em 2022, a receita do segmento de varejo totalizou R\$ 6,8 bilhões, com um crescimento de 30,2%. A bandeira de Super/Hiper registrou um aumento de 22,7%, enquanto o Camião cresceu 55,7%.



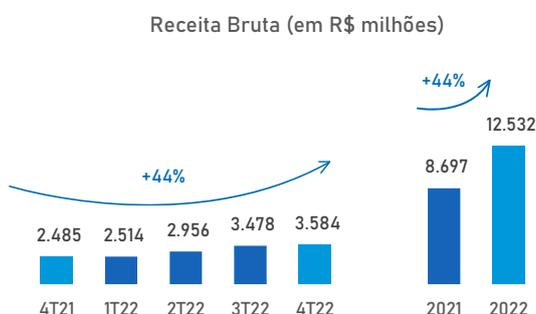
Atacarejo

Durante o 4T22, o Atacarejo manteve seu forte ritmo de crescimento, com uma receita bruta que totalizou R\$ 3,6 bilhões, 44,2% a mais que o registrado no 4T21. O segmento representou 52% da receita bruta total da Companhia.

Durante o ano, o foco da expansão da Companhia se concentrou neste segmento, o que se traduziu em um recorde de inaugurações: foram 16 ao todo (5 apenas no 4T), dos quais 12 foram em novas cidades (11 na Regional Nordeste).

As novas operações foram as principais responsáveis pelo crescimento do período, mas a base de mesmas lojas também deu uma contribuição importante, com um SSS de 10,0% no 4T22.

Em 2022, a receita do segmento foi de R\$ 12,5 bilhões, 44,1% a mais que em 2021. O crescimento SSS foi de 11,2% no ano.

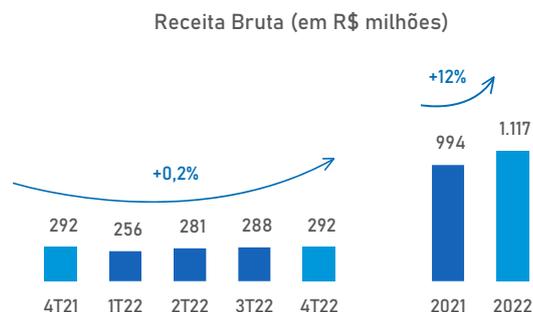


Eleto

No 4T22, o segmento de eletro registrou uma desaceleração de sua performance, com uma receita bruta de R\$ 292 milhões, com um leve crescimento de 0,2%, representando 4% da receita total do Grupo.

O desempenho de mesmas lojas (-3,9% no trimestre) impactou o segmento como um todo. Além disso, a Companhia reduziu a quantidade de aberturas de lojas, de 23 em 2021 para 6 em 2022.

A receita total do segmento em 2022 foi de R\$ 1,1 bilhão, com crescimento de 12,4% e SSS de 1,2%.



Atacado

Durante o último trimestre do ano, o Atacado manteve o bom desempenho observado durante o ano, com uma receita que cresceu 32,7% e totalizou R\$ 1,1 bilhão. O segmento representou 16% da receita bruta total do Grupo.

Tanto os CDs existentes (MA, PA e PI) como os da Regional Nordeste (BA e PE) contribuíram para a performance do período.

No ano, o segmento registrou uma receita de R\$ 4,0 bilhões, com um crescimento de 34,9%.



Lucro Bruto

Indicador (R\$MM)	4T22		2022	
Receita Líquida	6.065	100,0%	21.768	100,0%
Lucro bruto antes dos efeitos destacados abaixo	1.212	20,0%	4.722	21,7%
Provisão complementar de obsolescência de estoques	-12	-0,2 p.p.	-12	-0,1 p.p.
Créditos PIS/COFINS 4T22	25	0,4 p.p.	25	0,1 p.p.
Créditos PIS/COFINS 9M22	64	1,1 p.p.	64	0,3 p.p.
Lucro bruto	1.289	21,2%	4.799	22,0%
Créditos PIS/COFINS 9M22	-64	-1,1 p.p.	0	0,0 p.p.
Provisão complementar de obsolescência de estoques	12	0,2 p.p.	0	0,0 p.p.
Lucro bruto excluindo os efeitos extraordinários	1.236	20,4%	4.799	22,0%

O lucro bruto do 4T22 totalizou R\$ 1,289 bilhão, com crescimento de 28,9% em relação ao 4T21 e com margem bruta de 21,2%. Dentro do 4T22, foram contabilizados créditos de PIS/COFINS no montante de R\$ 64,4 milhões (9M22) e de R\$ 24,9 milhões (4T22). Uma provisão complementar de obsolescência de estoques também foi constituída neste trimestre, no montante de R\$ 12,4 milhões. Desta forma, excluindo os efeitos dos créditos de PIS/COFINS referentes ao 9M22 e a constituição complementar de obsolescência de estoque, a margem bruta do trimestre seria 20,4%, 210 bps menor que a registrada no 4T21. O lucro bruto de 2022 totalizou R\$ 4,8 bilhões, um aumento de 29,6%, com uma margem bruta de 22,0%, pressionada em 130 bps versus 2021.

O impacto operacional na margem bruta do 4T22 deve-se, principalmente, aos dois fatores a seguir:

- > Atividades promocionais: além da Black Friday, o Grupo também realizou, durante o 4T22, um nível maior de promoções de itens mais antigos, de menor giro. Durante os meses de janeiro e fevereiro de 2023, este tema praticamente não mais afetou a margem bruta da Companhia;

- > Pressão de margem na Regional Nordeste: a representatividade da Regional cresceu ao longo de 2022 à medida que os 11 Atacarejos foram inaugurados. Tais lojas ainda estão no processo de maturação e, portanto, trabalham com margem bruta no patamar abaixo da média da Companhia em linha com a estratégia adotada pelo Grupo. Vale destacar que contramedidas que visam elevar a rentabilidade vêm sendo adotadas para amortecer o impacto da expansão prevista para o exercício de 2023.

Despesas Operacionais

Em R\$ mil	4T22	4T21	VAR. (%)	2022	2021	VAR. (%)
Despesas com Vendas	(915.485)	(695.886)	31,6%	(3.310.283)	(2.474.203)	33,8%
Despesas Administrativas	(108.966)	(72.244)	50,8%	(405.751)	(314.511)	29,0%
Total Despesas Operacionais	(1.024.451)	(768.131)	33,4%	(3.716.034)	(2.788.714)	33,3%
Total Despesas Operacionais/Rec. Líquida	16,9%	17,3%	-0,5p.p.	17,1%	17,6%	-0,5p.p.

*Os valores apresentados na tabela acima foram ajustados para excluir os efeitos do IFRS 16, transferindo as Despesas Financeiras relacionadas a arrendamentos para as Despesas Operacionais.

Como consequência do forte ritmo de crescimento do Grupo, durante o 4T22, as despesas com vendas totalizaram R\$ 915,5 milhões, um aumento de 31,6% em relação ao registrado no 4T21, representando 15,1% da receita líquida do período, com ganho de eficiência de 60 bps em comparação ao mesmo período do ano anterior.

Já as despesas administrativas somaram R\$ 109 milhões no período, um crescimento de 50,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. No 4T21 foi realizada uma realocação das despesas de pessoal relacionadas aos colaboradores contratados para a Regional Nordeste. Tais valores que até então eram alocados em despesas administrativas passaram a ser contabilizados nas despesas com vendas, gerando uma base comparativa menor na linha de despesas administrativas. Além disso, houve também a transferência de despesas referentes à reestruturação do escritório da matriz e de escritórios regionais que passaram da linha de despesas com vendas para a linha de despesas administrativas.

Outro impacto importante foram as revisões de todos os processos judiciais junto aos advogados que já atuam no grupo como também a contratação adicional de um escritório independente para ratificar tais revisões, resultando em um aumento da provisão para passivos contingentes no valor de R\$ 9,9 milhões. Apesar das despesas administrativas do 4T22 serem maiores em comparação ao mesmo período do ano passado, o valor ficou em linha com o registrado no 3T22.

O total das despesas operacionais atingiu R\$ 1,0 bilhão no 4T22, 33,4% a mais que o apurado no mesmo período no ano anterior. No geral, o Grupo manteve a evolução da eficiência observada nos últimos trimestres uma vez que o total das despesas representou 16,9% da receita líquida, correspondendo a uma melhora de 50 bps no trimestre e, também, no ano.

Outras Receitas

Outras Receitas	4T22	2022
Ganhos tributários de PIS/COFINS períodos anteriores a 2022	88.445	88.445
Verbas operacionais (Backlights, Verbas logísticas, Trade Marketing e Descargas de caminhões)	23.164	76.064
Demais receitas e despesas operacionais	13.559	12.977
Total	125.167	177.485

O principal montante dentro da linha de Outras Receitas Operacionais refere-se ao ganho tributário de PIS/COFINS decorrente de créditos fiscais relacionados a períodos anteriores, aos quais o Grupo tinha direito e não utilizava. Além disso, dentro da mesma linha, também foram contabilizadas verbas operacionais provenientes de negociações com fornecedores como, por exemplo, backlights, verbas logísticas, trade marketing, descarga de caminhões, entre outras.

É válido ressaltar que, em 2021, os valores relacionados a outras receitas transitavam pelo resultado na linha de custos, agrupadas com as verbas comerciais.

EBITDA

Em R\$ mil	4T22	4T21	VAR. (%)	2022	2021	VAR. (%)
Lucro líquido	310.591	208.082	49,3%	1.064.795	768.791	38,5%
(+) Imposto de Renda	12.096	18.759	-35,5%	23.519	18.759	25,4%
(+) Resultado Financeiro	66.537	12.714	423,4%	172.169	66.910	157,3%
EBIT	389.224	239.555	62,5%	1.260.483	854.460	47,5%
(+) Depreciação e Amortização	58.720	50.414	16,5%	219.779	182.634	20,3%
EBITDA	447.944	289.969	54,5%	1.480.262	1.037.094	42,7%
<i>Margem EBITDA</i>	<i>7,4%</i>	<i>6,5%</i>	<i>0,9 p.p.</i>	<i>6,8%</i>	<i>6,5%</i>	<i>0,3 p.p.</i>
Ganho tributário PIS/COFINS 9M22	(64.395)	-	-	-	-	-
Ganho tributário PIS/COFINS períodos anteriores a 2022	(88.445)	-	-	(88.445)	-	-
Provisão complementar de estoque	12.444	-	-	-	-	-
Revisão de contingências jurídica	9.854	-	-	7.407	-	-
Efeitos 9M22	-	-	-	6.201	-	-
Total de despesas não-recorrentes/não-operacionais	(130.542)	18.949	-788,9%	(74.837)	97.247	-177,0%
EBITDA excluindo efeitos extraordinários	317.402	308.918	2,7%	1.405.425	1.134.341	23,9%
<i>Margem EBITDA excluindo efeitos extraordinários</i>	<i>5,2%</i>	<i>7,0%</i>	<i>-1,8 p.p.</i>	<i>6,5%</i>	<i>7,1%</i>	<i>-0,7 p.p.</i>

O EBITDA, excluindo efeitos extraordinários, totalizou R\$ 317 milhões no 4T22, com um crescimento de 2,7% e uma margem de 5,2% no período. Apesar da boa performance do SSS e da diluição de despesas observada no trimestre, a margem bruta teve um impacto relevante na performance da margem EBITDA. Parte do impacto verificado no trimestre refere-se a ações relacionadas ao movimento de redução do patamar de estoques que, portanto, possuem efeito mais pontual.

Outro impacto relevante está relacionado ao processo de expansão para novos estados, onde contramedidas que visam elevar a rentabilidade vêm sendo adotadas para amortecer o impacto da expansão prevista para o exercício de 2023. Visto isso, a diretoria interna da Companhia objetiva manter a margem EBITDA anual de 2022 no decorrer do processo de expansão respeitando as sazonalidades trimestrais e a distribuição do cronograma de aberturas entre os trimestres.

Além disso, dentro do trimestre foram contabilizados R\$ 152,8 milhões (R\$ 88,4 milhões + R\$ 64,4 milhões) referentes a créditos de PIS/COFINS aos quais a Companhia tinha direito e não vinham sendo utilizados. Os demais ajustes referem-se à provisão do estoque e contingências jurídicas.

Sendo assim, em 2022, o EBITDA excluindo efeitos extraordinários, totalizaria R\$ 1,4 bilhão, um aumento de 23,9% quando comparado ao valor registrado em 2021, com uma margem de 6,5%.

Resultado Financeiro

Em R\$ mil	4T22	4T21	VAR. (%)	2022	2021	VAR. (%)
Receitas Financeiras	56.191	39.361	42,8%	183.666	141.263	30,0%
Despesas Financeiras	(122.728)	(52.073)	135,7%	(355.835)	(208.173)	70,9%
Resultado Financeiro	(66.537)	(12.712)	423,4%	(172.169)	(66.909)	157,3%

*Os valores apresentados na tabela acima foram ajustados para excluir os efeitos do IFRS 16, transferindo as Despesas Financeiras relacionadas a arrendamentos para as Despesas Operacionais.

Durante o 4T22, as receitas financeiras totalizaram R\$ 56 milhões, com um aumento de 42,8% em relação ao 4T21. Por sua vez, as despesas financeiras atingiram R\$ 123 milhões, o que representa um crescimento de 135,7%, em consequência, principalmente, do aumento da linha de juros de empréstimos. É importante ressaltar que, nessa linha, foi incluído um valor de R\$ 13,9 milhões, correspondentes a juros dos 9M22. Excluindo esses valores, as despesas financeiras teriam sido de R\$ 109 milhões (+113%).

O resultado financeiro de 2022 totalizou R\$ 172 milhões, ante R\$ 67 milhões em 2021.

Lucro Líquido

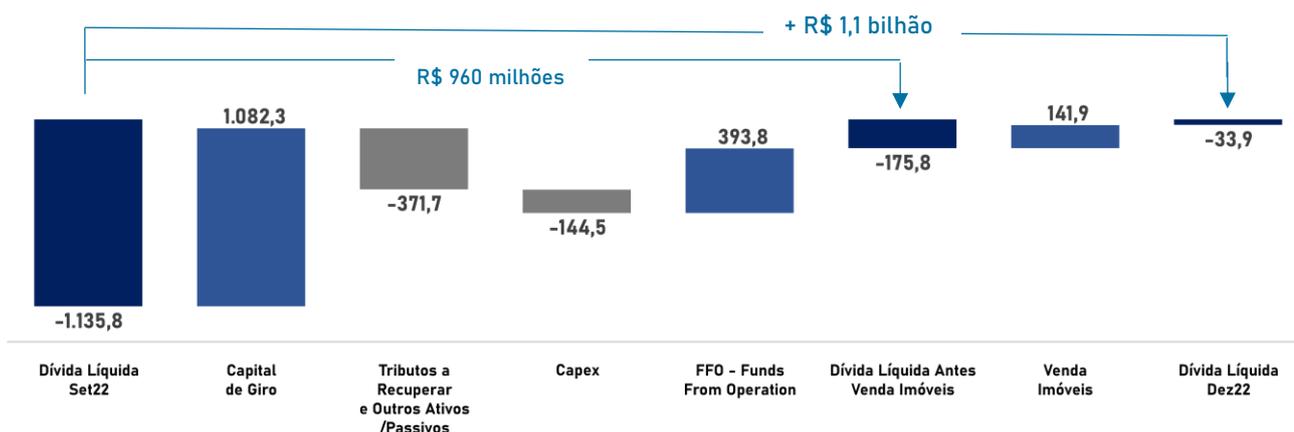
O lucro líquido do 4T22 atingiu R\$ 311 milhões, 49,3% a mais que o registrado no 4T21. A margem líquida foi de 5,1%, 40 bps acima do mesmo período do ano passado. Em 2022, o lucro líquido do Grupo totalizou R\$ 1,1 bilhão, com um crescimento de 38,5%. A margem líquida foi de 4,9%, comparada a 4,8% em 2021. Excluindo os efeitos não-recorrentes registrados ao longo de 2022, o lucro líquido do exercício totalizaria R\$ 1,0 bilhão, com uma margem líquida de 4,6%, e um crescimento de 15,7% versus o lucro líquido ajustado de 2021.

Ciclo Financeiro (12 meses) e Fluxo de Caixa

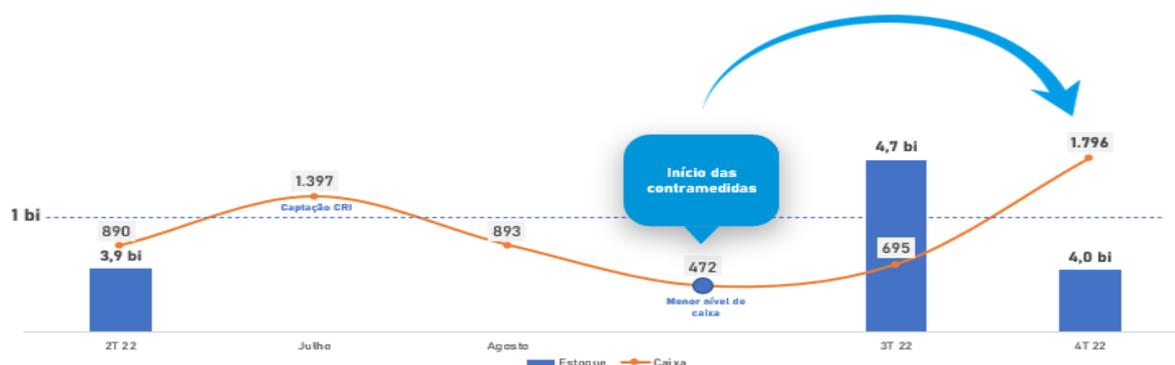
Durante o 4T22, o Grupo trabalhou em uma série de medidas com o objetivo de melhorar o seu ciclo financeiro. Com a implementação do sistema "Open to Buy", o controle do estoque foi aprimorado, levando a uma otimização do nível de compras. Além disso, a Companhia também intensificou a negociação junto a seus principais fornecedores a fim de obter a extensão dos prazos de pagamento sempre zelando pelas parcerias conquistadas e desenvolvidas no decorrer da sua história.



Como resultado dessas iniciativas, o ciclo de caixa do Grupo apresentou melhoras significativas e encerrou o 4T22 em 80 dias, com uma diminuição de 33 dias frente ao 3T22 e 30 dias versus o 4T21. A melhora deve-se, principalmente, a forte redução nos dias de estoque, para 86 dias, o que representa uma melhora de 23 dias em relação ao 3T22 e de 19 dias em comparação ao 4T21. O prazo de fornecedores também chegou ao seu melhor patamar dos últimos anos e atingiu a marca de 43 dias, um aumento de 9 dias em relação ao 3T22 e de 11 dias quando comparado ao 4T21. Por sua vez, a linha de recebíveis permaneceu estável em 38 dias.



A melhor gestão do ciclo financeiro da Companhia trouxe um efeito de caixa relevante, com uma geração total da ordem de R\$ 1,1 bilhão no trimestre. Desde meados do mês de setembro, quando o trabalho de capital de giro passou a ser intensificado, a Companhia passou de uma posição de caixa de R\$472 milhões, atingindo R\$1,8 bilhão ao final do mês de dezembro, uma melhora de R\$1,324 bilhão.



Endividamento

Em R\$ mil	Dez/22	Set/22	Dez/21
Dívida Bruta	(1.831.053)	(1.832.363)	(1.042.369)
Caixa e equivalentes de caixa	1.795.647	694.792	877.255
Aplicações financeiras	1.508	1.815	3.071
Dívida Líquida	(33.898)	(1.135.756)	(162.043)
Dívida Líquida/EBITDA Ajustado	0,0x	0,8x	0,1x

*EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses.

O Grupo Mateus encerrou o ano com uma dívida líquida de R\$ 33,9 milhões, comparado a uma dívida líquida de R\$ 1,1 bilhão ao final de setembro de 2022, apresentando uma relação dívida líquida/EBITDA de 0,0x. A melhora do indicador é decorrente da forte geração de caixa observada no período.

Capex

Em R\$ mil	4T22	4T21	VAR. (%)	2022	2021	VAR. (%)
Novas lojas e terrenos	104.790	449.766	-76,7%	603.428	1.154.314	-47,7%
Infraestrutura, TI e outros	14.625	23.778	-38,5%	164.425	151.208	8,7%
Reformas e Manutenções	22.923	15.741	45,6%	100.518	126.938	-20,8%
Total	142.338	489.285	-70,9%	868.371	1.432.460	-39,4%

No 4T22, os investimentos em ativos fixos da Companhia totalizaram R\$ 142 milhões, 70,9% a menos que no 4T21. A redução deve-se, principalmente, à estratégia adotada pela Companhia de trabalhar com operações de built to suit durante 2022. Também foi observada uma redução na linha de infraestrutura, tendo em vista que, no 4T21, o Grupo estava trabalhando na organização dos CDs de Cabo de Santo Agostinho (PE) e Feira de Santana (BA). Os investimentos do ano totalizaram R\$ 868 milhões, uma redução de 39,4% em relação ao reportado no exercício anterior. É válido ressaltar que, em 2021, o Grupo realizou uma série de adiantamentos a fornecedores, já antecipando parte do investimento que seria realizado em 2022.

Anexos
I – Demonstração de Resultados ex-IFRS 16

Em R\$ mil	4T22	4T21	VAR. (%)	2022	2021	VAR. (%)
Receita líquida de vendas	6.064.577	4.441.117	36,6%	21.768.477	15.876.857	37,1%
Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas	(4.776.069)	(3.441.310)	38,8%	(16.969.435)	(12.174.415)	39,4%
Lucro bruto	1.288.508	999.807	28,9%	4.799.042	3.702.442	29,6%
<i>Margem Bruta</i>	<i>21,2%</i>	<i>22,5%</i>	<i>-1,3p.p.</i>	<i>22,0%</i>	<i>23,3%</i>	<i>-1,3p.p.</i>
Receitas (despesas) operacionais						
Despesas de vendas	(915.485)	(695.887)	31,6%	(3.310.283)	(2.474.204)	33,8%
Despesas administrativas e gerais	(108.966)	(72.244)	50,8%	(405.751)	(314.511)	29,0%
Outras despesas/receitas, líquidas	125.167	7.879	1488,6%	177.475	(59.267)	-399,4%
	(899.284)	(760.252)	18,3%	(3.538.559)	(2.847.982)	24,2%
Lucro operacional antes do resultado financeiro (EBIT)	389.224	239.555	62,5%	1.260.483	854.460	47,5%
Resultado financeiro						
Receitas financeiras	56.191	39.361	42,8%	183.666	141.263	30,0%
Despesas financeiras	(122.728)	(52.075)	135,7%	(355.835)	(208.173)	70,9%
Total	(66.537)	(12.714)	423,4%	(172.169)	(66.910)	157,3%
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	322.687	226.841	42,3%	1.088.314	787.550	38,2%
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(12.096)	(18.759)	-35,5%	(23.519)	(18.759)	25,4%
Lucro líquido do exercício	310.591	208.082	49,3%	1.064.795	768.791	38,5%
Depreciação e amortização	58.720	50.414	16,5%	219.779	182.634	20,3%
EBITDA	447.944	289.969	54,5%	1.480.262	1.037.094	42,7%
Efeitos extraordinários	(131.542)	18.949	-791,3%	(74.837)	97.247	-177,0%
EBITDA excluindo efeitos extraordinários	317.402	308.918	2,6%	1.405.425	1.134.341	23,9%
<i>Margem EBITDA ajustada</i>	<i>5,2%</i>	<i>7,0%</i>	<i>-1,7p.p.</i>	<i>6,5%</i>	<i>7,1%</i>	<i>-0,7p.p.</i>

II – Demonstração de Resultados IFRS 16

Em R\$ mil	4T22	4T21	VAR. (%)	2022	2021	VAR. (%)
Receita líquida de vendas	6.064.577	4.441.117	36,6%	21.768.477	15.876.857	37,1%
Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas	(4.776.069)	(3.441.310)	38,8%	(16.969.435)	(12.174.415)	39,4%
Lucro bruto	1.288.508	999.807	28,9%	4.799.042	3.702.442	29,6%
<i>Margem Bruta</i>	<i>21,2%</i>	<i>22,5%</i>	<i>-1,3p.p.</i>	<i>22,0%</i>	<i>23,3%</i>	<i>-1,3p.p.</i>
Receitas (despesas) operacionais						
Despesas de vendas	(885.105)	(686.949)	28,8%	(3.211.085)	(2.425.702)	32,4%
Despesas administrativas e gerais	(107.343)	(61.274)	75,2%	(400.148)	(301.306)	32,8%
Outras despesas/receitas, líquidas	125.167	7.879	1488,6%	177.475	(59.267)	-399,4%
	(867.281)	(740.344)	17,1%	(3.433.758)	(2.786.275)	23,2%
Lucro operacional antes do resultado financeiro (EBIT)	421.227	259.463	62,3%	1.365.284	916.167	49,0%
Resultado financeiro						
Receitas financeiras	56.191	39.361	42,8%	183.666	141.263	30,0%
Despesas financeiras	(122.728)	(52.075)	135,7%	(355.835)	(208.173)	70,9%
Despesa financeira de arrendamento	(32.003)	(19.908)	60,8%	(104.801)	(61.707)	69,8%
Total	(98.540)	(32.622)	202,1%	(276.970)	(128.617)	115,3%
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	322.687	226.841	42,3%	1.088.314	787.550	38,2%
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(12.096)	(18.759)	-35,5%	(23.519)	(18.759)	25,4%
Lucro líquido do exercício	310.591	208.082	49,3%	1.064.795	768.791	38,5%
Depreciação e amortização	89.021	67.065	32,7%	329.167	260.445	26,4%
EBITDA	510.248	326.528	56,3%	1.694.451	1.176.612	44,0%
Efeitos extraordinários	(132.542)	18.949	-791,3%	(74.837)	97.247	-177,0%
EBITDA excluindo efeitos extraordinários	378.795	345.477	9,8%	1.619.614	1.273.859	27,1%
<i>Margem EBITDA ajustada</i>	<i>6,3%</i>	<i>7,8%</i>	<i>-1,5p.p.</i>	<i>7,4%</i>	<i>8,0%</i>	<i>-0,6p.p.</i>

III – Balanço Patrimonial

Ativo (em R\$ mil)	Dez/22	Set/22	Dez/21
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	1.795.647	694.792	877.255
Contas a receber	2.548.256	2.377.348	1.816.264
Estoques	3.985.375	4.666.193	3.498.630
Tributos a recuperar	379.672	106.728	67.338
Outros ativos	91.317	41.710	12.670
Total dos ativos circulantes	8.800.267	7.886.771	6.272.157
Ativo não circulante			
Títulos e valores mobiliários	1.508	1.815	3.071
Partes relacionadas	7.238	5.825	7.321
Tributos a recuperar	165.856	155.282	135.289
Outros ativos	42.726	39.870	28.868
Depósitos judiciais	20.808	19.502	16.340
Ativos de direito de uso	1.260.815	1.257.424	907.504
Investimentos	20	-	-
Intangível	4.515	2.406	2.556
Imobilizado	2.960.185	3.018.884	2.581.885
Total dos ativos não circulantes	4.463.671	4.501.008	3.682.834
Total dos ativos	13.263.938	12.387.779	9.954.991

Passivo (em R\$ mil)	Dez/22	Set/22	Dez/21
Passivo circulante			
Fornecedores	2.008.574	1.436.143	1.056.585
Empréstimos e financiamentos	101.429	102.100	81.740
Debêntures	91.402	89.056	91.092
Obrigações trabalhistas	301.307	328.581	224.680
Obrigações tributárias	132.164	108.198	98.616
Tributos parcelados	10.402	10.660	30.002
Passivos de arrendamento	80.274	77.645	61.137
Outros passivos	27.794	56.304	6.485
Total dos passivos circulantes	2.753.346	2.208.687	1.650.337
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	637.372	616.224	548.352
Debêntures	1.000.850	1.024.983	321.185
Tributos parcelados	20.181	22.798	32.534
Provisão para riscos	28.046	12.276	15.187
Passivos de arrendamento	1.257.061	1.248.706	890.536
Partes relacionadas	25.097	22.835	20.279
Total dos passivos não circulantes	2.968.607	2.947.822	1.828.073
Patrimônio líquido			
Capital social	4.780.929	4.780.929	4.780.929
AFAC - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	44.217	44.217	44.217
Reserva legal	131.523	116.159	78.902
Reserva de incentivos fiscais	2.498.937	2.207.022	1.499.139
Patrimônio líquido atribuído à participação dos acionistas controladores	7.455.606	7.148.327	6.403.187
Patrimônio líquido atribuído à participação dos acionistas não controladores	86.379	82.943	73.394
Total do patrimônio líquido	7.541.985	7.231.270	6.476.581
Total dos passivos e do patrimônio líquido	13.263.938	12.387.779	9.954.991

IV – Fluxo de Caixa

Em R\$ mil	Dez/22	Set/22	Dez/21
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.088.314	765.627	787.550
Ajuste para reconciliação do lucro líquido do período com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	329.168	240.145	264.958
Atualização passivos de arrendamento	115.659	81.603	57.476
Provisão para obsolescência e quebras	23.532	205	1.085
Atualização monetária de arrendamentos	(4.993)	(2.800)	41.036
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	16.189	11.358	8.337
Juros sobre empréstimos, financiamento e debêntures provisionados	136.026	76.442	38.143
Baixa de imobilizado	1.089	651	10.123
Provisão para riscos	12.859	(2.911)	(2.021)
Outras provisões	-	-	643
Aumento (redução) nos ativos operacionais:			
Contas a Receber	(748.181)	(572.442)	(519.143)
Estoques	(510.277)	(1.167.768)	(882.182)
Tributos a recuperar	(342.901)	(59.383)	(40.505)
Depósitos judiciais	(4.468)	(3.162)	(1.583)
Outros ativos	(92.505)	(40.042)	(31.161)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores	951.989	379.558	111.981
Obrigações trabalhistas e tributárias	110.175	113.483	48.102
Tributos parcelados	(31.953)	(29.078)	32.791
Outros passivos	21.309	49.819	(303)
Impostos pagos	(23.519)	(11.423)	(18.759)
Caixa líquido gerado (aplicado nas) pelas atividades operacionais	1.047.512	(170.118)	(93.432)
Juros pagos	(69.734)	(36.278)	(10.828)
Caixa líquido gerado (aplicado nas) pelas atividades operacionais	977.778	(206.396)	(104.260)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	(868.371)	(726.033)	(1.432.460)
Venda de imobilizado	269.402	127.474	-
Aquisição de intangível	(2.159)	-	(2.840)
Aplicação em títulos e valores mobiliários	1.563	1.256	11.894
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(599.565)	(597.303)	(1.423.406)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	944.512	919.601	533.326
Partes relacionadas	4.901	4.052	459
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	(222.120)	(169.771)	(110.767)
Integralização de capital - não controladores	609	485	250
Aporte de capital em investidas	(20)	-	-
Pagamento passivo de arrendamento	(187.703)	(133.131)	(130.732)
Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades de financiamento	540.179	621.236	292.536
Geração (redução) em caixa e equivalentes de caixa	918.392	(182.463)	(1.235.130)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	877.255	877.255	2.112.385
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	1.795.647	694.792	877.255
Geração (redução) em caixa e equivalentes de caixa	918.392	(182.463)	(1.235.130)

Sobre o Grupo Mateus

O Grupo Mateus é a quarta maior empresa de varejo alimentar do país, com operações no varejo de supermercados, atacarejo, atacado, móveis e eletrodomésticos, e-commerce, indústria de panificação e central de fatiamento e porcionamento.

Contatos de Relações com Investidores

www.ri.grupomateus.com.br

São Luís, 08 de março de 2023

Este documento contém tanto informações históricas quanto declarações prospectivas acerca das perspectivas dos negócios, projeções sobre resultados operacionais e financeiros do Grupo Mateus, baseadas exclusivamente nas expectativas da Administração da Companhia. Essas expectativas dependem, substancialmente, das condições de mercado, do desempenho da economia brasileira, do setor e dos mercados internacionais e, portanto, sujeitas à mudança sem aviso prévio. Diante de tais incertezas, o Grupo Mateus não assume nenhuma obrigação de atualizar ou revisar no futuro qualquer declaração prospectiva.

Para melhor representar o cenário econômico do negócio, os números são apresentados sem efeito de IFRS 16 na DRE nos períodos em referência.



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Praça Carlos Chagas, 49 - 4º andar
Santo Agostinho, Belo Horizonte (MG)
Brasil

T +55 31 3289-6000

Aos Acionistas e Administradores do
Grupo Mateus S.A.
São Luís – MA

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo Mateus S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Grupo Mateus S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisões para riscos (Nota Explicativa nº 20)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível, tributária e trabalhista, para os quais a administração estima os valores envolvidos, faz divulgações e registra provisão em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas nos casos em que considera que haverá perda provável.

Essa área permanece como foco de nossa auditoria no exercício corrente devido à relevância, complexidade, aspectos subjetivos e julgamentos críticos exercidos pela administração na determinação da possibilidade de perda atribuída a cada processo, na mensuração e definição de reconhecimento e/ou divulgação de uma provisão. Mudanças nos prognósticos e/ou julgamentos podem trazer impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- A atualização do entendimento sobre os controles internos relevantes que envolvem a identificação, a constituição de provisão e as divulgações em notas explicativas; Testes das despesas com assessores legais para confirmar que todos os assessores legais foram avaliados para serem objeto de confirmação de processos judiciais em andamento; e
- Atualização do entendimento sobre o modelo de cálculo adotado, que considera a avaliação histórica de perda em processos da mesma natureza e prognósticos fornecidos por consultores jurídicos; confirmação junto aos assessores jurídicos externos da Companhia sobre os processos judiciais e administrativos que os mesmo patrocinam em relação à avaliação do prognóstico, totalidade das informações e ao valor estimado das demandas judiciais base para registro e divulgação das provisões para riscos (contingências).

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação e divulgação da provisão para riscos foram adequados, e são consistentes no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Reconhecimento de acordos comerciais (Nota Explicativa nº 24)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

O Grupo recebe descontos comerciais significativos por acordos negociados junto aos seus fornecedores. Esses acordos comerciais variam conforme cada negociação, podendo compreender acordos pelo volume de compra, redução e ou diferença de preço, recomposição de margem, verbas (percentual sobre compras), propaganda cooperada e demais negociações especiais. A forma de abatimento varia conforme as condições previstas nos acordos de fornecimento, podendo haver descontos de títulos e recebimento de mercadoria bonificada. As bonificações recebidas de fornecedores são mensuradas e reconhecidas com base nos contratos e acordos assinados, e registradas ao resultado à medida em que os correspondentes estoques são vendidos.

Devido ao grande volume de transações, a relevância dos valores envolvidos e ao grau de julgamento exercido pelo Grupo sobre a natureza e o cumprimento das obrigações descritas nos acordos negociados com fornecedores, bem como das estimativas para apurar os valores a serem registrados e o exercício durante o qual o resultado dos acordos deve ser reconhecido como redutor dos custos das mercadorias vendidas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos, novamente para o exercício corrente, esse assunto significativo em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho e implementação dos controles internos julgados como chaves no processo de compras e acordos comerciais;
- Recálculo dos valores “acordos comerciais – verbas” a receber sobre uma amostragem, em relação às transações de compra. Avaliação das condições previstas no acordo, recálculo do valor a receber de verbas, comparação com o saldo contábil, inspeção da liquidação financeira subsequente e ou o recebimento de mercadoria bonificada através da checagem da nota fiscal de entrada;
- Seleção de amostragem para os demais acordos comerciais (rebaixa/diferença de preço, inauguração de loja, propaganda cooperada, entre outros), para os quais obtivemos documentação suporte dos acordos firmados, incluindo a evidência de liquidação financeira subsequente e/ou o abatimento pelo recebimento de mercadoria bonificada através da checagem da nota fiscal de entrada;
- Observação da data de vencimento na documentação suporte e validação da integralidade do *aging list* apresentado pela Companhia, além da avaliação quanto à adequação do reconhecimento contábil dos lançamentos selecionados em base de testes;
- Análise das variações mensais dos saldos reconhecidos com descontos comerciais em relação aos custos das vendas, considerando tendências, sazonalidade e informações históricas; e
- Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes relacionadas aos descontos comerciais obtidos.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos indicados anteriormente, consideramos que os saldos registrados de Acordos comerciais e as divulgações correlatas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Subvenções governamentais – ICMS (Nota Explicativa nº 26)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

De acordo com a legislação estadual, a controlada Armazém Mateus S.A. é beneficiária do Termo de Acordo de Regime Especial – ICMS que consiste na utilização de crédito presumido da redução da base de cálculo do ICMS, que resulta em 2% do valor integral do imposto devido ao Estado do Maranhão nas operações de venda em operações internas e interestaduais.

A subvenção governamental é reconhecida como receita ao longo do exercício e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática. Este conceito contábil é aplicado, pois a administração entende que a subvenção governamental é recebida de uma fonte que não os acionistas e deriva de ato de gestão em benefício da entidade, bem como a entidade ganha efetivamente essa receita quando cumpre as regras das subvenções e cumpre determinadas obrigações.

Devido à relevância dos valores envolvidos, às premissas utilizadas pelo Grupo para determinar o conceito contábil, que podem impactar o valor registrado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como significativo novamente em nossa auditoria do exercício corrente.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Obtivemos, com o auxílio de nossos especialistas tributários, por meio de indagações aos responsáveis da área tributária do Grupo e testes por amostragem, o entendimento da metodologia de registro da subvenção governamental nas demonstrações financeiras;
- Efetuamos o recálculo da subvenção governamental de ICMS e avaliamos a adequação da apresentação dos saldos entre receitas e custos, assim como a suficiência dos registros; e
- Avaliamos ainda se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes, principalmente as relacionadas às premissas e condições da NBC TG 07 (R1) – Subvenção e Assistência Governamentais (IAS 20).

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos anteriormente citados, consideramos que são aceitáveis os registros efetuados pelo Grupo na determinação sobre a contabilização da subvenção governamental de ICMS nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 08 de março de 2023

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Daniel Menezes Vieira
Contador CRC 1MG-078.081/O-1

Grupo Mateus S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

	Notas	ATIVO			
		Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	175.729	434.954	1.795.647	877.255
Contas a receber	6	-	-	2.548.256	1.816.264
Estoques	7	-	-	3.985.375	3.498.630
Tributos a recuperar	8	4.130	251	379.672	67.338
Outros ativos	-	95	58	91.317	12.670
Total dos ativos circulantes		<u>179.954</u>	<u>435.263</u>	<u>8.800.267</u>	<u>6.272.157</u>
Ativo não circulante					
Títulos e valores mobiliários	5	-	-	1.508	3.071
Partes relacionadas	19	2.005	2.000	7.238	7.321
Tributos a recuperar	8	-	-	165.856	135.289
Outros ativos	-	-	-	42.726	28.868
Depósitos judiciais	20	-	-	20.808	16.340
Ativos de direito de uso	10	-	-	1.260.815	907.504
Investimentos	11	7.287.585	5.970.360	20	-
Intangível	-	-	-	4.515	2.556
Imobilizado	9	-	-	2.960.185	2.581.885
Total dos ativos não circulantes		<u>7.289.590</u>	<u>5.972.360</u>	<u>4.463.671</u>	<u>3.682.834</u>
Total dos ativos		<u><u>7.469.544</u></u>	<u><u>6.407.623</u></u>	<u><u>13.263.938</u></u>	<u><u>9.954.991</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Grupo Mateus S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Passivo circulante					
Fornecedores	12	69	-	2.008.574	1.056.585
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	101.429	81.740
Debêntures	14	-	-	91.402	91.092
Obrigações trabalhistas	15	12.888	581	301.307	224.680
Obrigações tributárias	16	103	3.505	132.164	98.616
Tributos parcelados	18	-	-	10.402	30.002
Passivos de arrendamento	17	-	-	80.274	61.137
Outros passivos	-	2	-	27.794	6.485
Total dos passivos circulantes		13.062	4.086	2.753.346	1.650.337
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	637.372	548.352
Debêntures	14	-	-	1.000.850	321.185
Tributos parcelados	18	-	-	20.181	32.534
Provisão para riscos	20	526	-	28.046	15.187
Passivos de arrendamento	17	-	-	1.257.061	890.536
Partes relacionadas	19	350	350	25.097	20.279
Total dos passivos não circulantes		876	350	2.968.607	1.828.073
Patrimônio líquido					
Capital social	21.a	4.780.929	4.780.929	4.780.929	4.780.929
AFAC - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	21.c	44.217	44.217	44.217	44.217
Reserva legal	21.b	131.523	78.902	131.523	78.902
Reserva de incentivos fiscais	26	2.498.937	1.499.139	2.498.937	1.499.139
Patrimônio líquido atribuído à participação dos acionistas controladores		7.455.606	6.403.187	7.455.606	6.403.187
Patrimônio líquido atribuído à participação dos acionistas não controladores	-	-	-	86.379	73.394
Total do patrimônio líquido		7.455.606	6.403.187	7.541.985	6.476.581
Total dos passivos e do patrimônio líquido		7.469.544	6.407.623	13.263.938	9.954.991

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Grupo Mateus S.A.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida de vendas	23	-	-	21.768.477	15.876.857
Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas	24	-	-	(16.969.435)	(12.174.415)
Lucro bruto		-	-	4.799.042	3.702.442
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas administrativas, gerais e de vendas	24	(25.938)	(11.336)	(3.611.233)	(2.727.008)
Resultado de equivalência patrimonial	11	1.055.415	732.545	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		-	-	177.475	(59.267)
Total		1.029.477	721.209	(3.433.758)	(2.786.275)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		1.029.477	721.209	1.365.284	916.167
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	25	25.960	50.813	183.666	141.263
Despesas financeiras	25	(1.225)	(691)	(460.636)	(269.880)
Total		24.735	50.122	(276.970)	(128.617)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		1.054.212	771.331	1.088.314	787.550
Imposto de renda e contribuição social - corrente	22	(1.793)	(12.400)	(23.519)	(18.759)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	22	-	-	-	-
Total		(1.793)	(12.400)	(23.519)	(18.759)
Lucro líquido do período		1.052.419	758.931	1.064.795	768.791
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores	-	-	-	12.376	9.860
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores		1.052.419	758.931	1.052.419	758.931
Média ponderada das ações no período (em milhares)	-	4.780.929	4.780.929	4.780.929	4.780.929
Lucro básico e diluído por ação no período- em R\$	28	0,22	0,16	0,22	0,16

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Grupo Mateus S.A.

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do período	1.052.419	758.931	1.064.795	768.791
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total do período	1.052.419	758.931	1.064.795	768.791
Resultado abrangente total atribuído a:				
Acionistas controladores	-	-	1.052.419	758.931
Acionistas não controladores	-	-	12.376	9.860
Resultado abrangente total do período	-	-	1.064.795	768.791

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Grupo Mateus S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

Notas	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva para retenção de lucros			Patrimônio líquido atribuído a participação dos controladores	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado
			Reserva legal	Reserva fiscal	Lucros acumulados			
Saldo em 31 de dezembro de 2020	4.780.929	44.217	40.955	778.155	-	5.644.256	63.284	5.707.540
Aporte de capital de não controladores	-	-	-	-	-	-	250	250
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	758.931	758.931	9.860	768.791
Destinações:								
Reserva legal	-	-	37.947	-	(37.947)	-	-	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	720.984	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.780.929	44.217	78.902	1.499.139	-	6.403.187	73.394	6.476.581
Aporte de não controladores	-	-	-	-	1.052.419	1.052.419	609	609
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	12.376	1.064.795
Destinações:								
Reserva legal	-	-	52.621	-	(52.621)	-	-	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	999.798	(999.798)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.780.929	44.217	131.523	2.498.937	-	7.455.606	86.379	7.541.985

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Grupo Mateus S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		1.054.212	771.331	1.088.314	787.550
Ajuste para reconciliação do lucro líquido do período com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	9 e 10	-	-	329.168	264.958
Atualização passivos de arrendamento	17	-	-	115.659	57.476
Provisão para obsolescência e quebras	7	-	-	23.532	1.085
Atualização monetária de arrendamentos	10 e 17	-	-	(4.993)	41.036
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	6	-	-	16.189	8.337
Juros sobre empréstimos, financiamento e debêntures provisionados	13 e 14	-	-	136.026	38.143
Baixa de imobilizado	9	-	-	1.089	10.123
Provisão para riscos	20	526	-	12.859	(2.021)
Outras provisões	-	-	-	-	643
Resultado de equivalência patrimonial	11	(1.055.415)	(732.545)	-	-
Aumento (redução) nos ativos operacionais:					
Contas a Receber	6	-	-	(748.181)	(519.143)
Estoques	7	-	-	(510.277)	(882.182)
Tributos a recuperar	8	(3.879)	607	(342.901)	(40.505)
Depósitos judiciais	20	-	-	(4.468)	(1.583)
Outros ativos	-	(37)	(58)	(92.505)	(31.161)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores	12	69	(185)	951.989	111.981
Obrigações trabalhistas e tributárias	15 e 16	8.905	3.384	110.175	48.102
Tributos parcelados	18	-	-	(31.953)	32.791
Outros passivos	-	2	-	21.309	(303)
Impostos pagos	22	(1.793)	(12.400)	(23.519)	(18.759)
Caixa líquido gerado (aplicado nas) pelas atividades operacionais		2.590	30.134	1.047.512	(93.432)
Juros pagos	13	-	-	(69.734)	(10.828)
Caixa líquido gerado (aplicado nas) pelas atividades operacionais		2.590	30.134	977.778	(104.260)
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de imobilizado	9	-	-	(868.371)	(1.432.460)
Venda de imobilizado	9	-	-	269.402	-
Aquisição de intangível	-	-	-	(2.159)	(2.840)
Aplicação em títulos e valores mobiliários	5	-	-	1.563	11.894
Aporte de capital em investidas	11	-	-	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		-	-	(599.565)	(1.423.406)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	13 e 14	-	-	944.512	533.326
Partes relacionadas	19	(5)	(2.000)	4.901	459
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	13 e 14	-	-	(222.120)	(110.767)
Integralização de capital - não controladores	21	-	-	609	250
Aporte de capital em investidas	-	(261.810)	(1.472.725)	(20)	-
Pagamento passivo de arrendamento	17	-	-	(187.703)	(130.732)
Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades de financiamento		(261.815)	(1.474.725)	540.179	292.536
Redução em caixa e equivalentes de caixa		(259.225)	(1.444.591)	918.392	(1.235.130)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	434.954	1.879.545	877.255	2.112.385
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	4	175.729	434.954	1.795.647	877.255
Redução em caixa e equivalentes de caixa		(259.225)	(1.444.591)	918.392	(1.235.130)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Grupo Mateus S.A.

Demonstração do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	-	-	24.602.821	17.999.040
Constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	-	(16.189)	(8.337)
	-	-	24.586.632	17.990.703
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	-	-	(16.969.435)	(12.174.415)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.393)	(3.617)	(400.473)	(1.117.829)
	(2.393)	(3.617)	(17.369.908)	(13.292.244)
Valor adicionado bruto	(2.393)	(3.617)	7.216.724	4.698.459
Depreciação e amortização				
Depreciação e amortização	-	-	(329.168)	(264.958)
Valor adicionado líquido produzido	(2.393)	(3.617)	6.887.556	4.433.501
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	1.055.415	732.545	-	-
Receitas financeiras	25.960	50.813	183.666	141.263
Valor adicionado total a distribuir	1.078.982	779.741	7.071.222	4.574.764
Pessoal				
Remuneração direta	(21.983)	(6.926)	(1.553.048)	(1.260.420)
Benefícios	(1.347)	(1)	(94.579)	(40.838)
FGTS	(215)	(79)	(97.163)	(82.028)
	(23.545)	(7.006)	(1.744.790)	(1.383.286)
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	(1.793)	(13.474)	(1.418.515)	(662.930)
Estaduais	-	-	(2.255.285)	(1.366.980)
Municipais	-	-	(4.531)	(7.635)
	(1.793)	(13.474)	(3.678.331)	(2.037.545)
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	(1.225)	(91)	(460.636)	(269.279)
Aluguéis	-	(239)	(122.670)	(115.863)
	(1.225)	(330)	(583.306)	(385.142)
Remuneração de capital próprio				
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	(1.052.419)	(758.931)	(1.052.419)	(758.931)
Participação de não controladores nos lucros retidos	-	-	(12.376)	(9.860)
	(1.052.419)	(758.931)	(1.064.795)	(768.791)
Valor adicionado total distribuído	(1.078.982)	(779.741)	(7.071.222)	(4.574.764)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional

O Grupo Mateus S.A. (“Companhia” ou “Grupo Mateus”) é uma holding cuja atividade preponderante é a participação societária no capital de outras, que foi constituída em 13 de setembro de 2016 com o nome de Exitus Holdings S.A., com sede na cidade de São Luís, estado do Maranhão. O principal investimento da controladora é a participação acionária no Armazém Mateus S.A. e Mateus Supermercados S.A. que atuam no segmento de atacado e varejo, eletro, mix, e na indústria por meio da controlada Indústria de Pães e Massas Mateus Ltda.

Investidas	Controle	Participação do capital total	
		31/12/2022	31/12/2021
Controladas			
Armazém Mateus S.A. (a)	Direto	98,77%	98,71%
Mateus Supermercados S.A. (b)	Direto	99,99%	99,99%
Indústria de Pães e Massas Mateus (c)	Direto	99,99%	99,99%
Rio Balsas Participações e Empreendimentos Ltda. (d)	Direto	99,99%	99,99%
Posterus Supermercados Ltda. (e)	Direto	97,05%	97,05%
Armazem Ltda (f)	Indireto	51,00%	50,34%
Mais Fraldas Ltda (g)	Indireto	51,00%	-
Mateus Mais App Ltda (g)	Indireto	95,00%	-
Mais Invicta Distribuidora Ltda (g)	Indireto	99,99%	-

- (a) Armazém Mateus S.A. (“Armazém”), sociedade por ações de capital fechado que foi constituída em 26 de abril de 1989, com sede na Cidade de São Luís, estado do Maranhão, que explora atividade de comércio atacadista de mercadorias em geral na região Norte e Nordeste do país;
- (b) Mateus Supermercados S.A. (“Supermercado”), sociedade por ações de capital fechado que foi constituída em 18 de agosto de 2000, com sede na Cidade de São Luís, estado do Maranhão, que explora atividade de comércio varejista de mercadorias em geral na região Norte e Nordeste do país através de sua cadeia de supermercados;

- (c) Indústria de Pães e Massas Mateus Ltda. (“Indústria de Pães”) é uma sociedade responsabilidade limitada, que foi constituída em 19 de setembro de 2007, com sede na Cidade de São Luís, estado do Maranhão, que explora atividade de fabricação e comércio atacadista de biscoitos, bolachas, bolos, pães e massas alimentícias e cujas operações são majoritariamente dentro da própria Companhia;
- (d) Rio Balsas Participações e Empreendimentos Ltda. (“Rio Balsas”) é uma sociedade de responsabilidade limitada, que foi constituída em 09 de julho de 2007, com sede na cidade São Luís, estado do Maranhão, que explora a atividade de holding de instituições não-financeiras cujas operações são majoritariamente dentro da própria Companhia;
- (e) Posterus Supermercados Ltda. (“Posterus”) é uma sociedade de responsabilidade limitada, que foi constituída 21 de março de 2017, com sede na cidade de São Luís, estado do Maranhão, que explora a atividade de comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentício – nas regiões Norte e Nordeste do país através de cadeia de supermercados;
- (f) Armazem Ltda é uma sociedade de responsabilidade limitada, de controle do Armazem Mateus S.A. que explora o franqueamento das conveniências sob a marca “Armazem do Seu Jeito”; e
- (g) Mais Fraldas Ltda, Mateus Mais App e Mais Invicta Distribuidora Ltda são investidas controladas do Mateus Supermercados S.A. que exploram respectivamente as atividades de comércio varejista de produtos farmacêuticos com foco em fraldas e produtos de higiene, gerenciamento do app “Mateus Mais” e comércio atacadista de produtos em geral, também com foco em fraldas e produtos de higiene.

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e base de elaboração

2.1. Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”) e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), emitidas pela *International Accounting Standards Board* (IASB).

Em conformidade com o CPC 07 – Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, a administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão evidenciadas e correspondem às práticas utilizadas na sua gestão.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem as políticas estabelecidas na legislação societária brasileira (Lei das S.A.s) e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3.

2.2. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

O Grupo elaborou Demonstrações dos Valores Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas envolve o uso de estimativas e premissas da administração que podem afetar os valores informados de certos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como as divulgações contidas nas notas explicativas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. O Grupo revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente para assegurar que são razoáveis à luz da experiência passada e da situação econômica atual. Além da utilização de estimativas, a administração do Grupo é obrigada a exercer julgamento ao determinar o tratamento contábil apropriado de certas transações e atividades e como deve ser aplicado.

As principais estimativas e julgamentos aplicados para a elaboração destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas dizem respeito a:

- **Nota Explicativa nº 6** – Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes;
- **Nota Explicativa nº 7** – As principais premissas subjacentes ao valor realizável líquido dos estoques;
- **Nota Explicativa nº 17** – Arrendamentos;
- **Nota Explicativa nº 20** – Mensuração de provisões para contingências e outras provisões relacionadas aos negócios, às principais premissas sobre a probabilidade e escala de qualquer saída de recursos; e
- **Nota Explicativa nº 22** – Reconhecimento de ativos fiscais diferidos e disponibilidade de lucros tributáveis futuros contra os quais podem ser utilizados prejuízos fiscais.

2.4. Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais e de indicar ou destituir a maioria dos membros da diretoria ou Conselho de administração de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

A administração do Grupo, baseada nos estatutos e acordo de acionista, controla as companhias relacionadas na Nota Explicativa nº 1 e, portanto, realiza a consolidação integral dessas companhias.

A participação dos acionistas não controladores, sobre as companhias consolidadas é destacada nas demonstrações do resultado consolidado e das mutações do patrimônio líquido.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, o resultado das controladas é reconhecido com base no método de equivalência patrimonial.

Entre os principais ajustes de consolidação estão as seguintes eliminações:

- Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as companhias controladora, controladas ou entre controladas, de forma que as demonstrações financeiras consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros. Participações no capital e lucro líquido (prejuízo) do exercício das companhias controladas.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da Companhia. Todos os saldos e transações entre as companhias controladas foram eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. As transações entre a Companhia e as companhias controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição até a data da efetiva alienação, conforme aplicável.

2.5. Alterações na participação que não resultem em mudança de controle

A Companhia contabiliza a custo histórico as participações decorrentes de reestruturações societárias adquiridas de partes relacionadas sem essência econômica. A diferença entre o saldo do custo e o valor adquirido é registrada no patrimônio líquido, quando a transação é feita entre empresas sobre o controle comum. As transações não se qualificam como combinação de negócio nos termos do CPC 15R/IFRS 3R.

3. Sumário das principais políticas contábeis

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas é como segue:

a) Conversão de moeda estrangeira

i) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual elas atuam ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas.

ii) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do fim do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos no resultado corrente.

b) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

Classificação de ativos financeiros

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Apesar do disposto acima, a Companhia pode fazer a opção/designação irrevogável a seguir no reconhecimento inicial de um ativo financeiro:

- A Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar variações subsequentes no valor justo de um investimento em instrumentos patrimoniais em outros resultados abrangentes se determinados critérios forem cumpridos (ver item (ii) a seguir); e
- A Companhia pode designar irrevogavelmente um investimento em instrumentos da dívida que atenda aos critérios de custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes como mensurado ao valor justo por meio do resultado se ao fazer isso a Companhia eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil.

i) Custo amortizado e método da taxa de juros efetiva

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do exercício correspondente.

Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas. O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas.

A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando à taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável (vide a seguir). Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando à taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro.

Se, em períodos de relatório subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando à taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando à taxa de juros efetiva ajustada com base no crédito ao custo amortizado do ativo financeiro após o reconhecimento inicial. O cálculo não reverte a base bruta mesmo que o risco de crédito do ativo financeiro melhore subsequentemente de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida no resultado e incluído na rubrica “Resultado financeiro” (Nota Explicativa nº 25).

ii) Instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

No reconhecimento inicial, a Companhia pode fazer a opção irrevogável (instrumento a instrumento) de designar investimentos em instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A designação ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não é permitida se o investimento em instrumentos patrimoniais for mantido para negociação ou se for uma contraprestação contingente reconhecida por um comprador em uma combinação de negócios.

Um ativo financeiro é mantido para negociação se:

- For adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo;
- No reconhecimento inicial for parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que o Grupo administra em conjunto e tem um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; e
- For um derivativo (exceto por derivativo que seja um contrato de garantia financeira ou um instrumento de “*hedge*” designado e efetivo).

Os investimentos em instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são inicialmente mensurados ao valor justo acrescidos dos custos da transação. Subsequentemente, eles são mensurados ao valor justo com os ganhos e as perdas decorrentes de variações no valor justo reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados na reserva de reavaliação de investimentos. Os ganhos ou perdas acumuladas não serão reclassificados para o resultado na alienação dos investimentos em instrumentos patrimoniais; pelo contrário, eles serão transferidos para lucros acumulados.

Os dividendos sobre esses investimentos em instrumentos patrimoniais são reconhecidos no resultado de acordo com a IFRS 9 (CPC 48), a menos que os dividendos claramente representem uma recuperação de parte do custo do investimento. Os dividendos são incluídos na conta “Receitas financeiras” no resultado.

iii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros que não atendem aos critérios de mensurados ao custo amortizado (ver item (i) acima) são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os instrumentos da dívida que não atendem aos critérios de mensurados ao custo amortizado (vide item (i) acima) são classificados ao valor justo por meio do resultado.

Os instrumentos da dívida que não atendem aos critérios de mensurados ao custo amortizado ou aos critérios de mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (vide itens (i) e (ii) acima) são classificados ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros e patrimônio líquido

Classificação como dívida ou patrimônio líquido

Os instrumentos da dívida e patrimoniais são classificados como passivos financeiros ou como patrimônio líquido de acordo com a substância dos acordos contratuais e as definições de passivo financeiro e instrumento patrimonial.

Instrumentos patrimoniais

Um instrumento patrimonial é qualquer contrato que evidencie uma participação residual no ativo de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos. Instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

A recompra dos próprios instrumentos patrimoniais da Companhia é reconhecida e deduzida diretamente no patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado resultante da compra, venda, emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos patrimoniais da Companhia.

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Porém, os passivos financeiros resultantes quando a transferência de um ativo financeiro não se qualifica para baixa ou quando a abordagem de envolvimento contínuo é aplicável, e os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia, são mensurados de acordo com as políticas contábeis específicas descritas a seguir.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- For adquirido, principalmente, para fins de recompra no curto prazo; e
- No reconhecimento inicial for parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e tem um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo.

O passivo financeiro, exceto pelo passivo financeiro mantido para negociação ou contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, pode ser designado ao valor justo por meio do resultado mediante reconhecimento inicial se:

- Essa designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que surgiria de outra forma; ou o passivo financeiro fizer parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros, ou ambos, que seja administrado e cujo desempenho seja avaliado com base no seu valor justo, de acordo com a gestão de risco documentada ou a estratégia de investimento da Companhia, e as informações sobre esse grupo forem fornecidas internamente nessa base; e
- O passivo financeiro fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos, e o CPC 48 permitir que o contrato combinado como um todo seja designado ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros subsequentemente mensurados ao custo amortizado

Passivos financeiros que não sejam (i) contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios; (ii) mantidos para negociação; ou (iii) designados ao valor justo por meio do resultado, são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. O método da taxa de juros efetiva é um método para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro, e para alocar as despesas de juros durante o exercício correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos de transação e outros prêmios ou deduções), durante a vida estimada do passivo financeiro ou (quando apropriado) durante um período menor, para o custo amortizado do passivo financeiro.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos Futuro de Moeda – NDF (“*Non Deliverable Forward*”), não designados como para contabilidade de hedge (*hedge accounting*), para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio.

Os instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos apresentados consistem em valores de liquidez imediata, com o propósito de honrar compromissos no curto prazo, rapidamente conversíveis em dinheiro, e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

d) Aplicações financeiras

São representadas por investimentos temporários que serão mantidos até as suas datas de vencimento, com conversibilidade em caixa em mais de 90 dias da data da aplicação, e estão registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas das demonstrações financeiras, que não excedem o valor de mercado ou de realização.

e) Contas a receber

As contas a receber correspondem, em sua maior parte, a contas a receber de atividades de venda de suas controladas Armazém Mateus S.A. e Mateus Supermercados S.A., provenientes da venda de atacado e varejo e recebíveis de cartões de crédito.

Representam instrumentos financeiros ativos classificados como “custo amortizado”.

As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor da fatura e ajustadas a valor presente (quando aplicável), incluindo os respectivos impostos diretos sob os quais a Companhia é responsável. O montante de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa é reconhecido, quando necessário, com base na estimativa da capacidade do devedor de pagar o valor devido e o prazo vencido do recebível.

De acordo com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros, o contas a receber vendido é desreconhecido quando a Companhia entrega o controle e transfere para o comprador substancialmente todos os riscos e benefícios associados.

f) Estoques

De acordo com o CPC 16 – Estoques são registrados ao custo médio e inclui todos os componentes do custo de compra dos bens vendidos e leva em consideração os descontos e os rendimentos comerciais negociados com os fornecedores.

Os estoques são mensurados ao menor valor do custo médio e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzido dos custos adicionais estimados necessários para a realização da venda. A Companhia ajusta regularmente a realização do valor de estoque devido a perdas e danos, bem como ajustes para correção da eliminação do lucro nos estoques da controlada Supermercado Mateus S.A., onde parte substancial das transações de compra de produtos do Supermercado são realizadas com sua parte relacionada Armazém Mateus S.A.

As provisões para perdas de estoques são registradas com base em percentuais aplicados a mercadorias com baixo giro de estoque e nas perdas médias de estoque.

g) Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados durante o exercício de construção, para os casos de ativos qualificáveis, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, conforme as taxas demonstradas na Nota Explicativa nº 9.

A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. O saldo do imobilizado inclui todos os gastos alocáveis aos bens durante a sua fase de construção e/ou a fase de testes pré-operacionais dos bens.

Itens do imobilizado são baixados quando da sua alienação ou quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros derivados do seu uso ou alienação. Os eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa dos ativos são incluídos no resultado do exercício.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o exercício em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

h) Arrendamentos

Direito de uso em arrendamento

O CPC 06 (R2) entrou em vigor para exercícios anuais iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2019, substituindo o CPC 06 (R1) – Operações de Arrendamento Mercantil (IAS 17) e correspondentes interpretações, e, em essência, dispõe que todo contrato de arrendamento mercantil, seja ele considerado operacional ou financeiro, deve ser contabilizado reconhecendo ativos e passivos envolvidos, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo.

Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento). Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor da revisão do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

O arrendatário pode optar pela adoção da norma utilizando a abordagem retrospectiva completa ou uma abordagem retrospectiva modificada. As provisões transitórias da norma permitem determinadas isenções.

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso).

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Arrendamentos a pagar

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no exercício em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa tanto na mensuração inicial quanto na remensuração taxas nominais observáveis.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica à isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica à concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

i) Avaliação do valor recuperável dos ativos

A Companhia analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado (redução ao valor recuperável dos ativos). Caso estas evidências estejam presentes, estima-se o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: **(a)** seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e **(b)** seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, reconhece-se a redução (provisão) do saldo contábil deste ativo ("*impairment*"). Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente – Unidades Geradoras de Caixa (UGCs).

Em conformidade com o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (“*impairment*”) os ativos intangíveis com vida útil definida e os bens do imobilizado são testados para redução ao valor recuperável sempre que eventos ou mudanças no ambiente de mercado indicarem que o valor recuperável de um ativo individual e/ou uma Unidade Geradora de Caixa (UGC) puder ser menor que seu valor contábil. Os ativos individuais ou grupos de ativos são testados para o valor recuperável, comparando seu valor contábil com seu valor recuperável, definido como o mais alto de seu valor justo menos os custos de alienação e seu valor em uso. Valor em uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados para serem derivados do ativo. Se o valor recuperável for menor que o valor contábil, uma perda por “*impairment*” é reconhecida. As perdas por redução ao valor recuperável em bens do imobilizado, fundos de investimentos e ativos intangíveis (exceto o ágio) poderão ser revertidas em exercícios futuros, desde que o valor contábil aumentado do ativo atribuível à reversão não exceda o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação ou amortização, caso não houvesse perda de valor recuperável reconhecida para os ativos nos anos anteriores. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não foi identificado “*impairment*” para ativos não financeiros.

j) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um valor separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

k) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de obtenção da dívida que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos dos financiamentos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

l) Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber em troca de bens ou serviços, excluindo impostos sobre vendas e líquidos de quaisquer benefícios concedidos a clientes (devoluções e descontos comerciais). A Companhia reconhece a receita quando: (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens forem transferidos para o comprador; (ii) for provável que benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia; (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável; (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos; e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A constituição e recomposição do ajuste a valor presente é registrada na rubrica de contas a receber e tem a contrapartida a rubrica de receita operacional líquida. A receita é mensurada líquida de devoluções e descontos comerciais.

m) Subvenções governamentais

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas, essas subvenções são reconhecidas sistematicamente na rubrica “Receita operacional líquida” durante os exercícios nos quais a Companhia reconhece como despesa os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar. Ao realizar a transferência do resultado do exercício para o Patrimônio Líquido, os valores são direcionados conforme sua natureza, Subvenção para Investimento ou Subvenção de método de custeio, cujo valor consta agregado ao resultado do exercício.

n) Custo das mercadorias vendidas

O custo das mercadorias vendidas compreende o custo das aquisições líquido dos descontos e bonificações recebidos de fornecedores, variações nos estoques e custos de logística. A Companhia apropria ao resultado do exercício as bonificações recebidas de fornecedores na medida em que o estoque que deu origem a bonificação se realiza.

o) Tributação sobre a renda

Tributos correntes

A provisão para tributos sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada pela Companhia com base nas alíquotas vigentes da seguinte forma:

- **Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)**

À alíquota de 15%, acrescida da alíquota de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R\$240.

- **Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)**

À alíquota de 9%.

A despesa de imposto de renda e contribuição social correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

A administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

Impostos diferidos

O imposto sobre a renda diferido (imposto diferido) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que estas diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

p) Distribuição de lucros

Quando aplicável, a proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio, efetuados pela administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos a pagar", por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia, entretanto, nos casos aplicáveis, a parcela dos dividendos e juros sobre capital próprio superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela administração após o exercício contábil a que se referem às demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras, é registrada na rubrica "Dividendos e juros sobre o capital próprio", no patrimônio líquido, sendo seus efeitos divulgados em nota explicativa.

q) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, as taxas de juros explícitas ou implícitas, tomando-se como base as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes às dos respectivos ativos e passivos. Subsequentemente, esses efeitos são realocados nas linhas de receita ou despesas financeiras, no resultado, através da utilização da taxa de desconto considerada e do método do custo amortizado.

r) Lucro básico e diluído por ação

A Companhia efetua o cálculo do lucro básico por ação utilizando o número médio ponderado de ações totais em circulação durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41. A Companhia não possui fatores diluidores para mensuração do lucro diluído por ação, desta forma, o lucro básico e diluído por ação são iguais.

s) Novas normas e pronunciamentos contábeis adotados em 2022

Uma série de novas normas contábeis foram alteradas e ou criadas para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022, a saber:

- IAS 37/CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes: As alterações especificam quais custos as empresas devem incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato). A Companhia e suas controladas estão acompanhando as discussões e até o momento não identificaram impactos significativos em decorrência dessa alteração;
- Imobilizado: receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16); e
- Referência à estrutura conceitual: (alterações ao CPC 15/IFRS 3).

A Companhia e sua controlada avaliaram as alterações e não identificaram impactos significativos em decorrência dessa alteração nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022.

As normas a seguir terão seu início a partir de 1º de janeiro de 2023 e não se espera que estas normas novas e alteradas tenham algum impacto significativo nas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas:

- IFRS 17 Contratos de Seguros.

Não há outras normas, interpretações e alterações às normas que não estão em vigor que a Companhia e sua controlada esperam ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos	860	2.077	215.778	101.896
Aplicações financeiras	174.869	432.877	1.579.869	775.359
Total	175.729	434.954	1.795.647	877.255

As aplicações financeiras são remuneradas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e estão disponíveis para utilização imediata sem perda de rendimento, estando distribuídas entre CDB, com rentabilidade média 101% (100% em 31 de dezembro 2021) e fundo de investimento 105% (105% em 31 de dezembro de 2021).

5. Títulos e valores mobiliários

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Banco do Nordeste do Brasil S.A. Capitalizações	751	2.314
Banco da Amazônia Capitalizações	757	757
Total ativo não circulante	1.508	3.071

Essas aplicações financeiras estão classificadas como títulos e valores mobiliários por estarem sujeitos a risco de mudança de valor se resgatados antes do prazo, eles são resgatados no prazo médio de 05 anos.

6. Contas a receber

a) Composição dos saldos por tipo de operação

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Títulos a receber	1.103.213	856.548
Cartão de crédito	1.489.186	1.008.401
Subtotal	2.592.399	1.864.949
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(44.143)	(48.685)
Total	2.548.256	1.816.264

Segue a movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

Saldo em 31/12/2021	Movimento	Saldo em 31/12/2022
(48.685)	4.542	(44.143)

Saldo em 31/12/2020	Movimento	Saldo em 31/12/2021
(40.348)	(8.337)	(48.685)

A Companhia e suas controladas sempre mensuram a perda estimada em créditos de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes em um valor equivalente a Perdas de Crédito Esperadas (PCE). As perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber de clientes são estimadas usando uma matriz de provisão com base na experiência de inadimplência passada do devedor e em uma análise da posição financeira atual do devedor, ajustadas com base em fatores específicos aos devedores, condições econômicas gerais do setor no qual os devedores operam e uma avaliação do curso atual e projetado das condições na data de relatório.

Em 31 de dezembro de 2022, não há contas a receber dado em garantia pela Companhia e suas controladas.

b) Composição de saldos por idade de vencimento

	31/12/2022	31/12/2021
A vencer	2.437.095	1.720.924
Contas a receber - vencidos		
De 01 a 30 dias	33.352	24.717
De 31 a 60 dias	18.186	38.626
De 61 a 90 dias	21.536	13.900
De 91 a 180 dias	36.991	18.097
De 181 a 360 dias	8.276	7.699
Acima de 360 dias	36.963	40.986
Total	2.592.399	1.864.949

7. Estoques

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Mercadorias para revenda	3.965.100	3.392.016
Provisão para obsolescência e quebras (a)	(26.475)	(2.943)
Adiantamento a fornecedores	46.750	109.557
Total	3.985.375	3.498.630

Movimentação da provisão para obsolescência e quebras:

Saldo em 31/12/2021	Movimento	Saldo em 31/12/2022
(2.943)	(23.532)	(26.475)

Saldo em 31/12/2020	Movimento	Saldo em 31/12/2021
(1.858)	(1.085)	(2.943)

(a) A natureza das operações do comércio atacadista implica em grande movimentação interna de mercadorias. Nestas movimentações ocorrem perdas inerentes ao processo, como perdas no transporte, perdas no manuseio incorreto, perdas na armazenagem, perdas por deterioração ou qualidade, perdas por vencimento do prazo de validade, perdas por acondicionamento, perdas por degustação de mercadorias e perdas por furto de mercadorias em centro de distribuição. A Companhia e suas controladas monitoram estas ocorrências através de departamento específico e toma as providências cabíveis para diminuição de sua ocorrência; e

A Companhia e suas controladas apropriam ao resultado do exercício as bonificações recebidas de fornecedores na medida em que o estoque que deu origem a bonificação se realiza.

Em 31 de dezembro de 2022, não há estoques dados em garantia pela Companhia e suas controladas.

8. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) a compensar	-	-	12.652	3.565
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) a recuperar - CIAP (a)	-	-	188.445	130.959
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) a compensar	-	-	11.246	7.362
Imposto de renda sobre aplicação financeira	4.130	251	4.857	1.776
Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) a compensar	-	-	2.562	2.558
Programa de Integração Social (PIS)	-	-	58.486	10.475
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)	-	-	266.417	45.932
Outros impostos a recuperar	-	-	863	-
Total	4.130	251	545.528	202.627

Circulante	4.130	251	379.672	67.338
Não circulante	-	-	165.856	135.289
Total	4.130	251	545.528	202.627

(a) Refere-se substancialmente a créditos decorrente de aquisição de ativos imobilizados. A parcela não circulante é representada basicamente por créditos de impostos, cuja expectativa de realização é de longo prazo.

A administração tem avaliado periodicamente a evolução desses créditos acumulados de impostos e a provisão para perdas necessária, objetivando o seu aproveitamento. A realização desses impostos é efetuada tendo como base as projeções de crescimento, questões operacionais e geração de débitos para consumo desses créditos pelas companhias do Grupo Mateus.

Em	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Em 01 ano	379.672	67.338
De 01 a 02 anos	57.452	89.486
De 02 a 03 anos	56.323	24.619
De 03 a 04 anos	52.081	21.184
Total	545.528	202.627

9. Imobilizado

	% - Taxa média ponderada de deprec. a.a.	Saldo em		Adições	Baixas	Transferências	Saldo em
		31/12/2021	Consolidado				
Custo							
Terrenos	-	191.936	112.780	(102.163)	(30)		202.523
Edificações	-	45.755	301	(4.729)			41.327
Máquinas e equipamentos	-	708.551	254.772	(398)	59.278		1.022.203
Móveis e utensílios	-	185.238	41.789	(393)	2.947		229.581
Veículos	-	34.010	2.081	-	(6)		36.085
Equipamentos de informática	-	73.694	28.620	(6)	(1.995)		100.313
Imobilizações em andamento (a)	-	554.890	300.291	(48.342)	(295.832)		511.007
Edificações em imóveis de terceiros (b)	-	1.527.716	127.737	(119.189)	240.367		1.776.631
Total		3.321.790	868.371	(270.491)	-		3.919.670
Depreciação							
Edificações	4	(10.993)	(329)	-	-		(11.322)
Máquinas e equipamentos	10	(230.931)	(81.001)	-	-		(311.932)
Móveis e utensílios	10	(69.144)	(19.411)	-	-		(88.555)
Veículos	20	(30.027)	(1.135)	-	-		(31.162)
Equipamentos de informática	20	(36.503)	(15.052)	-	-		(51.555)
Edificações em imóveis de terceiros	10	(362.307)	(102.652)	-	-		(464.959)
Total		(739.905)	(219.580)	-	-		(959.485)
Saldo		2.581.885	648.791	(270.491)	-		2.960.185

	% - Taxa média ponderada de deprec. a.a.	Saldo em		Adições	Baixas	Transferências	Saldo em
		31/12/2020	31/12/2021				
Custo							
Terrenos	-	45.616	-	146.320	-	-	191.936
Edificações	-	25.489	-	20.266	-	-	45.755
Máquinas e equipamentos	-	465.659	(916)	236.089	(916)	7.719	708.551
Móveis e utensílios	-	131.026	(23)	51.309	(23)	2.926	185.238
Veículos	-	29.962	-	4.048	-	-	34.010
Equipamentos de informática	-	50.585	-	22.271	-	838	73.694
Imobilizações em andamento (a)	-	341.039	(9.184)	642.782	(9.184)	(419.747)	554.890
Edificações em imóveis de terceiros (b)	-	810.077	-	309.375	-	408.264	1.527.716
Total		1.899.453	(10.123)	1.432.460	(10,123)	-	3.321.790
Depreciação							
Edificações	4	(10.268)	-	(725)	-	-	(10.993)
Máquinas e equipamentos	10	(171.277)	-	(59.654)	-	-	(230.931)
Móveis e utensílios	10	(54.199)	-	(14.945)	-	-	(69.144)
Veículos	20	(27.033)	-	(2.994)	-	-	(30.027)
Equipamentos de informática	20	(26.019)	-	(10.484)	-	-	(36.503)
Edificações em imóveis de terceiros	10	(269.210)	-	(93.097)	-	-	(362.307)
Total		(558.006)	(181.899)	(181,899)	-	-	(739,905)
Saldo		1.341.447	(10,123)	1.250,561	(10,123)	-	2.581,885

(a) Referem-se a aquisições em trânsito para construções e aquisições de bens para os centros de distribuição e lojas e adiantamento a fornecedores em conexão com o plano de crescimento esperado da Companhia e suas controladas; e

(b) Referem-se a benfeitorias e expansões nos centros de distribuição e lojas das controladas do grupo.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, sendo esta revisada no encerramento de cada exercício com base em suas análises, a Companhia e suas controladas não identificaram indicadores que pudessem modificar a vida útil ou reduzir o valor de realização de seus ativos em 31 de dezembro de 2022.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas possuíam bens do ativo imobilizado dados em garantia nas operações de empréstimos e financiamentos, nos valores de R\$ 295.820 (R\$ 117.583 em 31 de dezembro de 2021).

10. Ativos de direito de uso

	% - taxa média ponderada de deprec. a.a.	Saldo em 31/12/2021 Consolidado	Adições	Baixas	Encerrados	Remensuração	Saldo em 31/12/2022 Consolidado
Custo							
Direito de uso de arrendamento	-	1.125.705 (218.201)	437.606 (109.388)	-	(95.611)	120.704	1.588.404 (327.589)
Depreciação	7,70						
Total		907.504	328.218	-	(95.611)	120.704	1.260.815

	% - taxa média ponderada de deprec. a.a.	Saldo em 31/12/2020 Consolidado	Adições	Baixas	Encerrados	Remensuração	Saldo em 31/12/2021 Consolidado
Custo							
Direito de uso de arrendamento	-	732.927 (135.876)	559.252 (82.325)	-	(194.359)	27.885	1.125.705 (218.201)
Depreciação	8,22						
Total		597.051	476.927	-	(194.359)	27.885	907.504

A amortização do direito de uso em arrendamento se dá pelo tempo total de contrato de arrendamento firmado entre a Companhia e o arrendador (parte relacionada vide Nota Explicativa nº 19), pelo prazo de 01 a 20 anos.

As remensurações referem-se a atualizações decorrente de reajustes, renovações e/ou renegociações nos contratos de arrendamento. O efeito no passivo pode ser visto na Nota Explicativa nº 17.

O valor presente dos arrendamentos foi calculado, por meio da projeção de pagamentos futuros fixos, que não consideram inflação projetada, descontados pelas taxas de desconto (taxa incremental), que variam de 9% a 18,90%.

11. Investimentos

	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021
Participações em companhias controladas		
Indústria de Pães e Massas Mateus Ltda.	165.668	142.239
Armazém Mateus S.A.	6.008.223	4.831.440
Mateus Supermercados S.A.	742.435	739.793
Posterus Supermercados Ltda.	97.116	81.322
Rio Balsas Part. e Empreend. Ltda.	274.123	175.566
Mais Invicta Distribuidora Ltda.	20	-
Total	7.287.585	5.970.360

Resumo dos investimentos

	Participação		Patrimônio líquido		Capital social		Lucro líquido		Lucro não realizado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Participações em companhias controladas										
Indústria de Pães e Massas Mateus Ltda.	99,99%	99,99%	167.653	144.229	91.449	87.249	19.224	1.140	8	8
Armazém Mateus S.A.	98,77%	98,71%	6.089.984	4.900.406	3.468.214	3.311.214	1.032.578	763.425	-	-
Mateus Supermercados S.A.	99,99%	99,99%	771.380	753.576	720.081	720.081	17.804	(1.402)	13.714	13.793
Posterus Supermercados Ltda.	97,05%	97,05%	100.611	84.233	87.214	87.214	16.378	(6.017)	2.146	414
Rio Balsas Participações e Empreendimentos Ltda.	99,99%	99,99%	274.124	175.567	271.220	170.630	(2.033)	(234)	-	-
Mais Invicta	1%	-	1.959	-	2.000	-	(41)	-	-	-
Controladas indiretas										
Armazem Ltda	51%	-	67	(38)	485	265	(115)	(303)	-	-
Mais Fraldas Ltda	51%	-	183	-	357	-	(174)	-	-	-
Mateus Mais App Ltda	95%	-	2.062	-	3.026	-	(964)	-	-	-

Movimentação

Controladora	Indústria de Pães e Massas Mateus Ltda.		Posterus Supermercados		Rio Balsas	Armazém Mateus S.A.		Supermercados S.A.		Total
						Mateus S.A.		Mais Invicta		
Saldo em 31 de dezembro de 2020	55.020	83.488	27.375	2.918.606	680.601					- 3.765.090
Resultado da equivalência patrimonial	1.157	(5.825)	(234)	753.064	(1.402)					- 746.760
(- / +) Lucro não realizado nos estoques	(8)	(414)	-	-	(13.793)					- (14.215)
Aporte de capital	86.085	5.500	148.425	1.159.769	72.946					- 1.472.725
Saldo em 31 de dezembro de 2021	142.254	82.749	175.566	4.831.439	738.352					- 5.970.360
Resultado da equivalência patrimonial	19.222	16.513	(2.033)	1.019.784	17.797					- 1.071.283
(- / +) Lucro não realizado nos estoques	(8)	(2.146)	-	-	(13.714)					- (15,868)
Aporte de capital	4.200	-	100.590	157.000						20 261,810
Saldo em 31 de dezembro de 2022	165.668	97.116	274.123	6.008.223	742.435					20 7.287.585

12. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
De produtos	-	-	1.851.888	830.832
De serviços	69	-	78.428	100.843
De imobilizado	-	-	12.458	24.806
De consumo	-	-	65.800	100.104
Total	69	-	2.008.574	1.056.585

13. Empréstimos e financiamentos

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Leasing (a)	53.378	83.284
Financiamento de máquinas e equipamentos (Finame) (b)	197.696	34.299
Empréstimos (c)	487.727	512.509
Total	738.801	630.092
Circulante	101.429	81.740
Não circulante	637.372	548.352
Total	738.801	630.092

- (a) Os leasings são destinados para aquisição de máquinas e equipamentos, possuem taxa de juros mensais pré-fixadas de 0,9% e anuais pré-fixadas de 11,71% tendo como garantia os próprios bens financiados. O vencimento final é em 11 de fevereiro de 2026;
- (b) Os Financiamentos para Aquisição de Máquinas e Equipamentos (Finame) possuem taxa de juros anuais pré-fixados de 6,00% em média ou taxa pós-fixada média de 1,15% mais Taxa de Longo Prazo TLP, tendo como garantia os próprios bens financiados, além do aval dos sócios. O vencimento final é em 15 de maio de 2027. Os Financiamentos de Importação – Finimp, possuem taxas anuais pós fixadas de CDI +2,32%, tendo como garantia o aval dos sócios. O vencimento final é em 06 de outubro de 2022. No ano de 2022 foram captados Finame a uma taxa de juros que variam de 9,83 a.a. e 17,31 a.a., com vencimento até 2032; e
- (c) Em 1º de outubro de 2021, a Companhia realizou uma operação de empréstimo com o Banco da Amazônia, no montante de R\$ 100.000, remuneração equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI, acrescida de uma sobretaxa de 2,67% ao ano com prazo de pagamento de 5 anos, tendo sua primeira parcela paga em 25 de janeiro de 2022. Os pagamentos de juros e amortização do principal serão mensais.

Em 29 de outubro de 2021, a Companhia emitiu Cédula do Produtor Rural (CPR) junto ao Banco do Brasil no montante de R\$ 162.509, tendo sua remuneração pré-fixada equivalente a 10,8% a.a., com pagamento único no vencimento, em 2024. A Companhia faz uso de operações de swap desta captação, trocando estas obrigações por uma taxa de 95% do CDI (Nota Explicativa nº 27).

Em 30 de dezembro de 2021, a Companhia emitiu Cédula do Produtor Rural, no montante de R\$ 250.000, com remuneração equivalente à taxa média dos certificados de depósito interbancário (CDI) acrescidos de encargos adicionais de 1,82% a.a. Todas as operações foram realizadas para o plano de expansão (Nota Explicativa nº 27).

As captações realizadas neste último trimestre não estão condicionadas ao cumprimento de “covenants” financeiros e não financeiros.

A movimentação dos saldos circulante e não circulante de empréstimos e financiamentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é demonstrada a seguir:

	31/12/2021	Captação		Amortização		31/12/2022
		Principal	Atualizações	Principal	Juros	
<i>Leasing</i>	83.284	1.697	6.725	(31.603)	(6.725)	53.378
Financiamentos	34.299	167.367	3.370	(4.024)	(3.316)	197.696
Empréstimos	512.509	-	58.183	(23.272)	(59.693)	487.727
Total	630.092	169.064	68.278	(58.899)	(69.734)	738.801

	31/12/2020	Captação		Amortização		31/12/2021
		Principal	Atualizações	Principal	Juros	
<i>Leasing</i>	105.620	58	10.413	(22.399)	(10.408)	83.284
Financiamentos	15.698	20.759	(293)	(1.445)	(420)	34.299
Empréstimos	-	512.509	-	-	-	512.509
Total	121.318	533.326	10.120	(23.844)	(10.828)	630.092

Os vencimentos dos valores de longo prazo têm a seguinte composição:

	31/12/2022	31/12/2021
2023	-	84.555
2024	298.906	246.989
2025	110.438	82.597
2026	102.215	53.684
A partir de 2027	125.813	80.527
Total	637.372	548.352

Cláusulas restritivas

De acordo com os contratos de empréstimos, a Companhia e suas controladas obrigam-se a cumprir as seguintes cláusulas restritivas (“*covenants*”) sob pena de ter decretado o vencimento antecipado da dívida tais como manutenção de garantias, títulos protestados em nome da Companhia e suas controladas, encerramento de conta depósito no banco, solicitação de recuperação judicial, contratação de seguros obrigatórios, fianças, entre outros. Estas cláusulas são controladas e são atendidas conforme exigências contratuais. A Companhia e suas controladas não têm conhecimento de circunstâncias ou fatos que indiquem situação de desconformidade ou não cumprimento de cláusulas restritivas.

De acordo com o contrato de financiamento, as controladas Armazém Mateus, Mateus Supermercados e Posterus Supermercados obrigam-se a cumprir as seguintes cláusulas restritivas (“*covenants*”) sob pena de ter decretado o vencimento antecipado da dívida:

- a) Apuração anual, dentro do exercício de amortização da dívida, da dívida líquida pelo “*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization – EBITDA*”, a qual deve obedecer ao limite de 2 a 2,5% vezes; e
- b) Outras condições contratuais tais como aplicação do recurso no centro de distribuição e abastecimento do mesmo com estoques, entre outros.

Garantias e fianças

As investidas “Mateus Supermercado S.A.” e “Armazém Mateus S.A.” são fiadoras/avalistas solidárias e interveniente garantidora dos empréstimos e financiamentos da parte relacionada “Tocantins Participações e Empreendimentos Ltda.”.

Os contratos da “Tocantins Participações e Empreendimentos Ltda.” que as empresas supracitadas são fiadoras/avalistas totalizaram R\$ 227.556 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 223.851 em 31 de dezembro de 2021), conforme seguem a seguir:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Financiamento CRI - Crédito Imobiliário (Itaú)	30.696	43.199
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI 212 (XP investimentos)	195.860	180.652
Total	226.556	223.851

Em 16 de setembro de 2020, as investidas Mateus Supermercado S.A. e Armazém Mateus S.A. firmaram contrato sobre condições gerais para a prestação de garantia com a empresa Tocantins Participações e Empreendimentos Ltda., onde regularam os termos e condições para a prestação de Garantias por ambas as partes, de forma a garantir o cumprimento de todas e quaisquer obrigações, principais ou acessórias (inclusive todos os ônus, juros, multas, taxas, tributos, encargos e demais despesas) assumidas pelas partes perante a credores (“Obrigações Garantidas”).

Ficou acordado que as partes se comprometem periodicamente a apurar o saldo devedor total das Obrigações Garantidas por cada Parte e sobre esta diferença apurada será devida uma remuneração à taxa de 1% (um por cento) ao ano, como contraprestação às obrigações garantidas.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo devedor total das obrigações garantidas era no montante de R\$ 67 (R\$ 12 em 31 de dezembro de 2021).

A remuneração deverá ser revista anualmente e ajustada, conforme necessário, para refletir as taxas usualmente praticadas pelo mercado para esse tipo de operação. O pagamento da remuneração será devido enquanto as Obrigações Garantidas não forem integralmente quitadas e/ou enquanto a Parte Garantidora permanecer na qualidade de garantidora das respectivas Obrigações Garantidas.

14. Debêntures

	Consolidado					
	31/12/2021	Captação	Custos de Transação	Juros	Amortização	31/12/2022
Série única (a)	226.167	-	-	27.508	(73.508)	180.167
1ª Série (b)	32.499	-	-	1.543	(13.918)	20.124
2ª Série (b)	2.500	-	-	66	(2.566)	-
1ª Série (c)	133.333	-	-	16.445	(43.111)	106.667
2ª Série (c)	17.778	-	-	1.750	(10.639)	8.889
Série única (d)	-	800.000	(24.552)	20.436	(19.479)	776.405
Total	412.277	800.000	(24.552)	67.748	(163.221)	1.092.252
Circulante	91.092	-	-	-	-	91.402
Não circulante	321.185	-	-	-	-	1.000.850
Total	412.277	-	-	-	-	1.092.252

	Consolidado				
	31/12/2020	Captação	Juros	Amortização	31/12/2021
Série única (a)	231.490	-	12.865	(18.189)	226.167
1ª Série (b)	46.938	-	1.936	(16.374)	32.499
2ª Série (b)	20.585	-	365	(18.450)	2.500
1ª Série (c)	144.220	-	10.882	(21.769)	133.333
2ª Série (c)	27.944	-	1.975	(12.141)	17.778
Total	471.177	-	28.023	(86.923)	412.277
Circulante	29.146	-	-	-	91.092
Não circulante	442.031	-	-	-	321.185
Total	471.177	-	-	-	412.277

(a) Em 12 de novembro de 2019, o Mateus Supermercados emitiu a série única de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações e nem permutáveis em ações de outras sociedades ou por outros valores mobiliários de qualquer natureza, no montante total de R\$ 230.000 e R\$ 1.000 por debênture, com vencimento em 12 de novembro de 2026 e remuneradas pela variação da taxa de 100% DI, acrescida de 2,00% a.a. As debêntures estão dispensadas de registro de distribuição na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), de que trata o Artigo 19, "caput", da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, e alterações posteriores, nos termos do Artigo 6º da Instrução CVM nº 476/2009, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição;

- (b) Em 10 de janeiro de 2017, o Armazém Mateus emitiu em duas séries, debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações sendo elas, 1ª Série no montante de R\$ 60.000, e 2ª Série no montante de R\$ 40.000 e R\$ 1 por debênture com vencimentos em 10 de janeiro de 2025 e 10 de janeiro de 2022 respectivamente. As debêntures da 1ª Série serão remuneradas pela variação da taxa de 100% DI, acrescida de 3,30% a.a. As debêntures da 2ª Série serão remuneradas pela variação da taxa de 100% DI, acrescida de 3,10% a.a. Ambas estão dispensadas de registro de distribuição na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), de que trata o Artigo 19, "caput", da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, e alterações posteriores, nos termos do Artigo 6º da Instrução CVM nº 476/2009, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição;
- (c) Em 14 de novembro de 2018, o Armazém Mateus emitiu em duas séries, debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações sendo elas, 1ª Série no montante de R\$ 160.000, e 2ª Série no montante de R\$ 40.000 e R\$1 por debênture, com vencimentos em 14 de novembro de 2026 e 14 de novembro de 2023 respectivamente. As debêntures da 1ª Série serão remuneradas pela variação da taxa de 100% DI, acrescida de 2,35% a.a. As debêntures da 2ª Série serão remuneradas pela variação da taxa de 100% DI, acrescida de 2,18% a.a. Ambas estão dispensadas de registro de distribuição na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), de que trata o Artigo 19, "caput", da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, e alterações posteriores, nos termos do Artigo 6º da Instrução CVM nº 476/2009, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição; e
- (d) Em 15 de julho de 2022, a Companhia concluiu a emissão de 800.000 debêntures não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 1 (um mil reais), perfazendo o valor total de R\$ 800.000 (montante recebido nessa data), nos termos do contrato firmado entre a Companhia e o agente fiduciário no dia 22 de maio de 2022. A Emissão foi realizada em série única, sem constituição de garantias específicas, reais ou pessoais, com remuneração de IPCA + 6,3423 a.a. e vencimento em 2032, sendo 7,45% a.a. a taxa efetiva da operação. O saldo inicial de reconhecimento da captação leva em consideração os custos da transação no valor de R\$ 24.552, que serão amortizados ao longo do contrato, R\$ 2.080 por ano.

Seguem as características gerais das debêntures das controladas:

Séries	Qtde. em circulação	Remuneração	Pagamento dos juros
Série única	230.000	100% DI + 2,00%	Trimestral até novembro de 2021 e mensal até o vencimento
1ª Série	60.000	100% DI + 3,30%	Trimestral até janeiro de 2019 e trimestral até o vencimento
2ª Série	40.000	100% DI + 3,10%	Trimestral até janeiro de 2018 e trimestral até o vencimento
1ª Série	160.000	100% DI + 2,35%	Trimestral até agosto de 2020 e mensal até o vencimento
2ª Série	40.000	100% DI + 2,18%	Trimestral até maio de 2019 e mensal até o vencimento
Série única	800.000	IPCA + 6,3423%	Mensal até o vencimento

Garantias da primeira e segunda emissão

Contrato de cessão fiduciária, celebrado entre o Armazém Mateus, o agente fiduciário e o Banco Bradesco S.A., na qualidade de banco mandatário, em observância ao disposto no artigo 66-B, da Lei nº 4.728/65, com a nova redação dada pelo artigo 55 da Lei nº 10.931/04.

Cláusulas restritivas

De acordo com o contrato de financiamento, as controladas Armazém Mateus e Mateus Supermercados obrigam-se a cumprir as seguintes cláusulas restritivas (“*covenants*”) sob pena de ter decretado o vencimento antecipado da dívida:

- a) Apuração anual, dentro do exercício de amortização da dívida, da dívida líquida pelo “*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization – EBITDA*”, a qual deve obedecer ao limite de 2 a 2,5% vezes; e
- b) Outras condições contratuais tais como aplicação do recurso no centro de distribuição e abastecimento do mesmo com estoques, entre outros.

Em 31 de dezembro de 2022, as controladas cumpriram com os referidos “*covenants*”, quando aplicáveis.

Vencimento das parcelas de longo prazo

Em 31 de dezembro de 2022, as parcelas de longo prazo possuíam os seguintes vencimentos:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
2023	-	90.815
2024	116.000	82.667
2025	155.167	75.167
A partir de 2026	729.683	72.536
Total	1.000.850	321.185

15. Obrigações trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Salários a pagar	11.094	301	116.268	66.618
Provisão de férias	1.133	67	133.412	119.200
Provisão 13º Salário	-	-	198	-
Rescisões a pagar	-	-	441	440
Contribuição sindical	-	-	395	90
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a recolher	152	93	30.225	25.182
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	469	102	10.465	5.041
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)	40	18	9.903	8.109
Total	12.888	581	301.307	224.680

16. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	-	-	108.571	80.034
PIS e Cofins retido na fonte	5	8	467	556
PIS e Cofins a recolher	96	204	587	449
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	-	-	15.424	8.419
Contribuição social sobre Lucro Líquido (CSLL)	-	3.289	5.593	6.354
Imposto Sobre Serviços (ISS)	2	4	1.282	2.458
Outros	-	-	240	346
Total	103	3.505	132.164	98.616

17. Passivo de arrendamento

A amortização do passivo de arrendamento se dá pelo tempo total de contrato de arrendamento firmado entre a Companhia e o arrendador, pelo prazo médio de 15 anos.

A movimentação do arrendamento a pagar, foi a seguinte:

	% Taxa média ponderada de amort. a.a.	Saldo em 31/12/2021 Consolidado	Adições	Baixas	Encerrado	Remensuração	Saldo em 31/12/2022 Consolidado
Custo							
Passivo de arrendamento	-	1.668.836	1.357.571	(187.703)	(176.984)	233.407	2.895.127
(-) Juros a apropriar	18,9	(717.163)	(919.965)	114.597	82.435	(117.696)	(1.557.792)
Total		951.673	437.606	(73.106)	(94.549)	115.711	1.337.335
Circulante		61.137	-	-	-	-	80.274
Não Circulante		890.536	-	-	-	-	1.257.061
Total		951.673	-	-	-	-	1.337.335

	% Taxa média ponderada de amort. a.a.	Saldo em 31/12/2020 Consolidado	Adições	Baixas	Encerrado	Remensuração	Saldo em 31/12/2021 Consolidado
Custo							
Passivo de arrendamento	-	1.099.406	915.790	(130.732)	(286.773)	71.145	1.668.836
(-) Juros a apropriar	9,00	(508.934)	(356.538)	57.476	93.057	(2.224)	(717.163)
Total		590.472	559.252	(73.256)	(193.716)	68.921	951.673
Circulante		67.184	-	-	-	-	61.137
Não circulante		523.288	-	-	-	-	890.536
Total		590.472	-	-	-	-	951.673

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou saldo de passivo de arrendamento no total de R\$ 1.337.335, sendo este junto à empresa Tocantins Participações saldo no montante de R\$ 156.958 (R\$ 116.831 em 31 de dezembro de 2021).

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano de vencimento	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
2023	-	150.195
2024	205.566	367.144
2025	197.590	517.339
2026	190.823	157.705
2027 em diante	2.086.162	292.881
Juros embutidos	(1.423.080)	(594.728)
Total	1.257.061	890.536

O indicativo do direito potencial de PIS e Cofins a recuperar, não mensurados nos fluxos de caixa dos arrendamentos, estão demonstrados a seguir:

Fluxo de caixa	Nominal	Ajustado valor presente
	Consolidado	Consolidado
Contraprestação do arrendamento	2.895.127	1.337.335
PIS/Cofins potencial (9,25%)	267.799	123.703

Os efeitos inflacionários no período de comparação com o fluxo real, utilizando a taxa do IGPM estimado pela FGV dos últimos 12 meses de 5,45% representam os seguintes montantes:

Ativos de direito de uso	Consolidado
Fluxo real	31/12/2022
Direito de uso	1.588.404
Depreciação	(327.589)
Total	1.260.815

Passivos de arrendamento	Consolidado
Fluxo real	31/12/2022
Passivo de arrendamento	2.895.127
Despesa financeira	(1.557.792)
Total	1.337.335

Ativos de direito de uso	Consolidado
Fluxo inflacionado	31/12/2022
Direito de uso	1.674.972
Depreciação	(345.443)
Total	1.329.529

Passivos de arrendamento Fluxo inflacionado	Consolidado	
	31/12/2022	
Passivo de arrendamento	3.052.911	
Despesa financeira	(1.642.692)	
Total	1.410.219	

Os ativos para os quais não foram aplicados os requisitos dos itens 22 a 49 do CPC 06 (R2) – Arrendamento, sendo arrendamentos de curto prazo ou arrendamentos de baixo valor, geraram impacto no resultado conforme a seguir:

	Consolidado	
	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
Aluguel de imóveis	(135.698)	(99.164)
Total	(135.698)	(99.164)

18. Tributos parcelados

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Parcelamento de ICMS (a)	3.735	22.066
Parcelamento tributos federais (b)	26.848	40.470
Total	30.583	62.536
Circulante	10.402	30.002
Não circulante	20.181	32.534
Total	30.583	62.536

- (a) Em 2019, foram realizados parcelamentos de ICMS em 36, 48 e 60 parcelas, cujo vencimento estão para 2022, 2023 e 2024 respectivamente. No ano de 2018, foram realizados parcelamentos de ICMS, cujo vencimento final é em agosto de 2022, com 48 parcelas. Em dezembro de 2021 foram realizados parcelamentos de ICMS em 10 parcelas que foram liquidados no mês setembro de 2022; e
- (b) No ano de 2017, foi realizado um parcelamento de tributos federais, cujo vencimento final é em abril de 2027, com 120 parcelas. Em 2020, em decorrência da Covid 19, foram realizados parcelamentos Federais de PIS, Cofins e INSS, ambos com 60 parcelas no qual seus vencimentos estão previstos para final de setembro de 2025. Parcelamento de ICMS com 24, 45, 60 parcelas cujo vencimento está previsto para final de fevereiro de 2025.

Não há garantias ou arrolamento de bens relacionados aos parcelamentos de tributos da Companhia e suas controladas.

Os vencimentos dos valores de longo prazo têm a seguinte composição:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
2023	-	9.412
2024	9.597	9.000
2025	9.138	8.571
2026	662	3.220
A partir de 2027	784	2.331
Total	20.181	32.534

19. Partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo não circulante				
Tocantins Participações e Empreendimentos Ltda. (a)	-	-	440	562
Mateus Eletrônica Ltda. (b)	-	-	7	4
Conveniêre Supermercados Ltda. (c)	-	-	-	342
Invicta Prod. Farmacêuticos (d)	-	-	2.087	2.145
Braslub Distribuidora Ltda. (e)	-	-	4.657	4.219
Mateus Supermercados (f)	2.005	2.000	-	-
MJR Participações	-	-	-	6
Rodrigues e Noleto (g)	-	-	-	39
Centro de Inovações Incoworking Ltda.	-	-	-	4
Indústrias Blanco Ltda. (h)	-	-	47	-
Total	2.005	2.000	7.238	7.321
Passivo não circulante				
Indústrias Blanco Ltda. (h)	-	-	9.360	10.392
Invicta Produtos Farmacêuticos Ltda. (d)	-	-	7.890	2.104
Tocantins Participações e Empreendimentos Ltda. (a)	350	350	5.844	7.621
Mateus Eletrônica Ltda. (b)	-	-	-	2
Rodrigues e Noleto (g)	-	-	463	155
Braslub Distribuidora Ltda. (e)	-	-	1.540	5
Total	350	350	25.097	20.279
Passivos de arrendamentos				
Tocantins Participações e Empreendimentos Ltda.	-	-	150.801	116.831
Despesas financeiras de arrendamento				
Tocantins Participações e Empreendimentos Ltda.	-	-	44.871	53.511

(a) Tocantins Participações e Empreendimentos Ltda.

O saldo refere-se a títulos a receber pelo Armazém Mateus S.A. sem incidência de juros.

O vencimento do referido saldo está previsto contratualmente para o ano de 2022. O saldo de R\$ 5.844 no passivo é referente ao aluguel dos imóveis locados pela Tocantins Part. e Empreendimentos Ltda. ao Mateus Supermercados S.A. para realização de suas atividades operacionais por meio de contrato de locação.

O vencimento do referido saldo está previsto para 2022. Não há incidência de juros.

O valor registrado como passivo de arrendamento também é um saldo a ser pago à Tocantins.

(b) Mateus Eletrônica Ltda.

Contrato para prestação de serviços de manutenção de produtos eletrônicos e manutenção de balanças, celebrado entre Armazém Mateus e Mateus Eletrônica Ltda. Os serviços são pagos mensalmente, conforme utilização em cada mês e detalhado em nota fiscal emitida.

(c) Conveniêre Supermercados Ltda.

O saldo de 2021 refere-se a títulos a receber do Armazém por vendas efetuadas à Conveniêre Supermercados sem incidência de juros. O saldo foi quitado em 2022.

(d) Invicta Produtos Farmacêuticos Ltda.

Operações de compra e venda de produtos entre o Armazém Mateus S.A., como comprador, e a Invicta Produtos Farmacêuticos Ltda., empresa especializada em produtos farmacêuticos, como vendedora. O valor descrito de R\$ 2.087 está relacionado a diversas ordens de compra ao longo do exercício. As operações não são formalizadas individualmente via contrato, mas, conforme demanda de solicitação de produtos, o Armazém faz a solicitação de compra junto a Invicta e essa, por sua vez, fatura para o Armazém com base nos preços de mercado. O saldo composto por R\$ 7.890 com Armazém Mateus SA no passivo, onde ele é abastecido especialmente nos produtos de fraldas. O vencimento do referido saldo está previsto para o ano de 2022.

(e) Braslub Distribuidora Ltda.

O saldo refere-se a títulos a pagar do Armazém Mateus por vendas efetuadas de lubrificantes à Braslub Distribuidora sem incidência de juros. O vencimento do referido saldo está previsto para o ano de 2022. O saldo no ativo é referente ao rateio de despesas do Armazém Mateus para a Braslub. Os rateios despesas são liquidados no mês seguinte ao registro da obrigação.

(f) Mateus Supermercados S.A.

O saldo refere-se a títulos a pagar para o Grupo Mateus por licenças de Software. O vencimento do referido saldo está previsto para o ano de 2022.

(g) Rodrigues e Noletto

O saldo refere-se ao aluguel dos imóveis locados pela Rodrigues e Noletto junto ao Mateus Supermercados S.A. para realização de suas atividades operacionais por meio de contrato de locação. Não havendo incidência de juros.

(h) Indústria Blanco Ltda.

Corresponde a operações comerciais praticadas entre o Armazém Mateus S.A., Mateus Supermercados S.A. na qualidade de compradores, e a Industria Blanco Ltda., empresa especializada no empacotamento de açúcar, na qualidade de vendedora. As operações não são formalizadas individualmente via contrato, mas conforme demanda de solicitação de produtos, o Armazém e Supermercados fazem a solicitação de compra junto à Indústrias Blanco e essa, por sua vez, fatura para o Armazém e Supermercados com base nos preços de mercado. O vencimento do referido saldo está previsto para o ano de 2022.

Remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia e suas controladas

O pessoal-chave da administração compreende os Diretores, Conselheiros da administração e Fiscal. A remuneração paga ou a pagar por serviços prestados está demonstrada a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Remunerações de curto prazo a diretores e administradores	6.248	7.958
Total	6.248	7.958

20. Provisão para riscos

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis e tributárias. A administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações tributárias, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu, em 31 de dezembro de, provisão para as causas com expectativa de perda considerada provável.

a) A provisão para riscos, classificados como perda provável, está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhistas, cíveis e tributários	526	-	28.046	15.187
Total	526	-	28.046	15.187

A seguir a movimentação das provisões:

	Trabalhistas	Tributarias	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	12.712	302	4.194	17.208
Movimento	(3.091)	(19)	1.089	(2.021)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	9.621	283	5.283	15.187
Movimento	7.775	2.822	2.262	12.859
Saldos em 30 de dezembro de 2022	17.396	3.105	7.545	28.046

A Companhia e suas controladas também figuram como parte em alguns processos judiciais trabalhistas, cíveis e tributários que surgem no curso normal de suas operações, dos quais seus consultores jurídicos estimam as chances de perda como possíveis e remotas.

Em 31 de dezembro de 2022, o valor das causas dos processos com possibilidade de perda possível, portanto não objeto de provisionamento, monta em R\$ 48.531 (R\$ 64.288 em 31 de dezembro de 2021).

As companhias do Grupo Mateus têm um certo número de processos administrativos e tributários decorrentes de reclamações e auto de infração decorrentes de auditorias fiscais. As principais causas de processos da qual as companhias do Grupo Mateus figuram como uma das partes, estão descritos a seguir:

- **Trabalhistas**

As companhias do Grupo Mateus são partes em sua maioria de processos relacionados a assuntos trabalhistas originados a partir de procedimentos administrativos iniciados por ex-funcionários, órgãos públicos, terceirizados etc. A maioria dos processos originam-se por conta de reclamações sobre a jornada de trabalho, acidentes de trabalho e demandas relacionadas a comprovações de cumprimento da legislação trabalhista.

- **Cíveis**

O Grupo Mateus é parte de processos originados por meio de desentendimentos ocorridos no interior das lojas, causando aos clientes danos, seja eles materiais ou morais.

- **Tributários**

O Grupo Mateus é parte constante de auditorias fiscais e através destas, é notificada através de autos de infração ocasionados por divergências de informações emitidas aos órgãos públicos responsáveis.

Depósitos judiciais – ativos não circulantes

A Companhia e suas controladas mantêm depósitos judiciais vinculados às provisões tributárias, trabalhistas e cíveis, os quais estão assim demonstrados:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhistas e cíveis	20.808	16.340
Total	20.808	16.340

21. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2022 do qual teve a sua integralização em 12 de novembro de 2020 é de R\$ 4.963.115 e está representado por 2.209.346.079 ações nominativas, no valor variável de até R\$ 8,97 cada uma conforme demonstrado no quadro a seguir, sendo deduzido os custos com transação da Oferta Pública de Ações (IPO) de R\$ 182.186, apresentando o Capital Social da Companhia de R\$ 4.780.929.

	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor	%	Valor	%
Ilson Mateus Rodrigues	2.069.123	41,69	2.069.123	41,69
Maria Barros Pinheiro	754.889	15,21	754.889	15,21
Ilson Mateus Rodrigues Junior	548.424	11,05	548.424	11,05
Denílson Pinheiro Rodrigues	548.424	11,05	548.424	11,05
Outros (acionistas minoritários)	1.042.255	21,00	1.042.255	21,00
Subtotal	4.963.115	100	4.963.115	100
Custos com IPO	(182.186)		(182.186)	
Total	4.780.929		4.780.929	

Quantidade, montante e recursos líquidos

O quadro a seguir indica a quantidade de Ações emitidas/alienadas, o Preço por Ação, o valor total das comissões pagas pela Companhia e Acionistas Vendedores aos Coordenadores da Oferta, bem como os recursos líquidos oriundos da Oferta no ano de 2020.

Ofertante	Quantidade	Montante (1)	Comissão e despesas	Recursos líquidos (2)
Companhia	345.931.999	3.099.286.440	182.186.213	2.917.100.227
Acionistas vendedores	118.020.164	1.062.364.462	61.725.880	1.000.638.582
Total	463.952.163	4.161.650.902	243.912.093	3.917.738.809

(1) Com base no Preço por Ação de R\$ 8,97; e

(2) Recursos líquidos de comissões e despesas da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Custos com transação de capital

Em 08 de outubro de 2020, a Companhia realizou o registro de Oferta Pública de Ações (IPO) e seus gastos foram contabilizados como despesas do exercício no montante de R\$ 42.602.

b) Apuração dos dividendos e destinação do lucro

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	1.052.419	758.931
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(52.621)	(37.947)
(-) Constituição da reserva de incentivos fiscais	(999.798)	(720.984)
Lucro líquido do exercício após constituição de reservas	-	-
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	-	-

• Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022

No que se refere aos resultados referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, a administração da Companhia proporá em Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), que, do resultado apurado no exercício; (i) 5% (cinco por cento) seja aplicado na constituição de reserva legal, a qual não excederá o limite de 20% do capital social, conforme determinação do art. 193 da Lei nº 6.404/76; e (ii) que o saldo do resultado do exercício social seja aplicado para compor a reserva de incentivos fiscais, destinada para melhorias e expansão das atividades econômicas do Grupo Mateus, conforme art. 195-A da Lei nº 6.404/76.

Em decorrência do descrito acima e caso tais propostas venham a ser aprovadas pelos acionistas da Companhia em AGO, não haverá distribuição de dividendos obrigatórios referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, o saldo resultante de tais destinações seja destinando os mesmos para melhorias e expansão das atividades econômicas do Grupo Mateus.

- i) 25% para o pagamento de dividendos aos acionistas, ajustados nos termos da Lei nº 6.404/76; e
- ii) O saldo restante deverá ter sua destinação conforme estabelecido pela Assembleia Geral.

c) Adiantamento para futuro aumento de capital e integralização de capital

No encerramento do exercício, a Companhia apresentou saldo de Adiantamento para futuro aumento de capital no valor de R\$ 44.217, através da cessão de direitos das ações que o acionista Ilson Mateus detinha na empresa Industria de Paes e Massas Mateus, os quais a companhia está avaliando a devida integralização.

22. Imposto de renda e contribuição social**a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos**

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não apresentou registro de impostos diferidos ativos líquidos, calculados sobre diferenças temporariamente não dedutíveis, a alíquota combinada de 34%.

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	44.143	48.685
Provisão para não realização de estoques	26.475	2.943
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	28.046	15.187
Total	98.664	66.815
Imposto de renda e contribuição social sobre diferença fiscal temporária (34%)	33.546	22.348
(-) Provisão para realização	(33.546)	(22.348)
Total de IR e CSSL diferidos contabilizados	-	-

As controladas da Companhia, Armazém Mateus e Mateus Supermercados, têm gozado de incentivos fiscais em suas operações, cujos incentivos têm sido excluídos da tributação do imposto de renda e da contribuição social nos respectivos exercícios fiscais do reconhecimento destes incentivos. Em linha com a Lei Complementar nº 160, de 07 de agosto de 2017, todos os incentivos e benefícios fiscais passaram a ser considerados como subvenção para investimento, sendo a sua tributação diferida até a distribuição destes valores aos acionistas da Companhia. Para maiores detalhes ver Nota Explicativa nº 26.

Nas controladas Armazém Mateus, e Supermercados Mateus, no exercício de 2013 a 31 de dezembro de 2022 foram gerados por esses incentivos lucros no montante de R\$ 4.935.506, caso esses valores fossem distribuídos e, desta forma, a tributação seria devido, o imposto de renda e contribuição social seria de aproximadamente R\$ 1.678.072. A Companhia, não tem expectativa de distribuição destes valores e, portanto, nenhum reconhecimento de imposto de renda diferido passivo foi realizado nas informações contábeis.

A controladora Grupo Mateus em 31 de dezembro de 2022, possui lucro fiscal, base positiva para tributos diretos no montante de R\$ 5.039, sobre os quais registrou imposto de renda e contribuição social. A controlada Posterus, em 31 de dezembro de 2022, possui lucro fiscal, base positiva para imposto de renda e contribuição social no montante de R\$110, sobre os quais registrou imposto de renda e contribuição social. A controlada Armazém Mateus, em 31 de dezembro de 2022, possui lucro fiscal, base positiva para tributos diretos no montante de R\$ 18.772. E a controlada Mateus Supermercados, possui lucro fiscal, base para IRPJ e CSLL no montante de R\$ 4.505.

b) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.054.212	771.331	1.088.314	787.550
Imposto de renda e contribuição social à alíquota de 34%	(358.432)	(262.253)	(370.027)	(267.767)
Diferenças temporárias e permanentes:				
Adições permanentes	(27.336)	(34.414)	(82.345)	(64.091)
Adições temporárias	-	-	(8.898)	(2.779)
Exclusões permanentes	383.975	284.267	79.416	41.643
Subvenção Fiscal	-	-	358.335	274.235
Total de IR e CSLL sobre o lucro	(1.793)	(12.400)	(23.519)	(18.759)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.793)	(12.400)	(23.519)	(18.759)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	-
Total da despesa com imposto de renda e contribuição social	(1.793)	(12.400)	(23.519)	(18.759)

23. Receita líquida de vendas

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Mercadoria de revenda	24.528.321	17.939.878
Serviços prestados	74.500	59.162
(-) Deduções da receita:		
Impostos sobre a venda	(2.635.537)	(2.014.606)
Devoluções	(198.807)	(107.577)
Total	21.768.477	15.876.857

Impostos incidentes sobre vendas consistem, principalmente, de ICMS (alíquota de 0% a 30%), contribuições relacionadas ao PIS (alíquota de 0% ou 1,65%) e à Cofins (alíquota de 0% ou 7,6%).

24. Despesas por natureza

Custo das mercadorias vendidas

O custo das mercadorias vendidas compreende o custo das aquisições líquido dos descontos e das Acordos Comerciais recebidos de fornecedores, das variações nos estoques e dos custos de logística. O Acordo Comercial recebido de fornecedores é mensurado com base nos contratos e acordos assinados entre as partes. O custo das vendas inclui o custo das operações de logística administradas ou terceirizadas pela Companhia e por suas controladas, compreendendo os custos de armazenamento, manuseio e frete incorridos até a disponibilização da mercadoria para venda. Os custos de transporte estão incluídos nos custos de aquisição.

Despesas com vendas

As despesas com vendas compreendem todas as despesas das lojas, tais como salários, marketing, ocupação, manutenção, despesas com administradoras de cartão de crédito etc. Os gastos com marketing referem-se às campanhas publicitárias para cada segmento em que o Grupo Mateus atua. Os principais meios de comunicação utilizados pelo Grupo Mateus são: rádio, televisão, jornais e revistas, tendo seus valores de Acordo Comercial reconhecidos no resultado do exercício no momento de sua realização.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas correspondem às despesas indiretas e ao custo das unidades corporativas, incluindo compras e suprimentos, tecnologia da informação e atividades financeiras.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Custo da revenda	-	-	(16.969.435)	(12.174.415)
Despesas				
Despesas com pessoal	(23.544)	(8.081)	(1.687.483)	(1.338.902)
Comissões	-	-	(53.615)	(45.198)
Propaganda e publicidade	-	-	(72.625)	(30.673)
Aluguéis	-	(239)	(135.698)	(113.813)
Fretes e combustível	-	-	(383.066)	(237.522)
Depreciação	-	-	(219.779)	(180.951)
Depreciação arrendamento	-	-	(109.388)	(79.494)
Água, luz e telefone	-	-	(231.096)	(172.105)
Serviços prestados	(1.522)	(1.890)	(199.889)	(138.644)
Despesas gerais	(872)	(1.126)	(518.594)	(389.706)
Total	(25.938)	(11.336)	(20.580.668)	(14.901.423)
Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas				
	-	-	(16.969.435)	(12.174.415)
Despesas administrativas, gerais e de vendas	(25.938)	(11.336)	(3.611.233)	(2.727.008)
Total	(25.938)	(11.336)	(20.580.668)	(14.901.423)

25. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras				
Juros sobre títulos recebidos	-	-	21.135	18.554
Juros sobre aplicações financeiras	25.529	50.525	78.007	52.206
Descontos financeiros obtidos	431	288	1.023	6.134
Receitas com Cartões Mateus	-	-	66.008	58.994
Outras receitas financeiras	-	-	17.493	5.375
Total de receitas financeiras	25.960	50.813	183.666	141.263
Despesas financeiras				
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	-	(73)	(84)	(73)
Juros de empréstimos e financiamentos	-	-	(136.196)	(38.526)
Juros passivos	(8)	(10)	(10.893)	(21.718)
Juros com parcelamento	-	-	(1.706)	(3.066)
Despesas financeiras de arrendamento	-	-	(104.801)	(61.707)
Despesas bancárias	(1.217)	(608)	(18.851)	(18.162)
Perda financeira	-	-	(5.482)	(942)
Percentual de cartão de crédito	-	-	(157.648)	(115.148)
Descontos concedidos	-	-	(24.975)	(6.686)
Multa sobre parcelamento	-	-	-	(3.852)
Total de despesas financeiras	(1.225)	(691)	(460.636)	(269.880)
Total do resultado financeiro	24.735	50.122	(276.970)	(128.617)

26. Subvenções governamentais

A controlada Armazém Mateus S.A. é beneficiária do Termo de Acordo de Regime Especial – ICMS conforme Decreto nº 19.714/2014 da Sefaz – MA.

O benefício consiste na utilização de crédito presumido da redução da base de cálculo do ICMS, que resulte em 2% do valor integral do imposto devido ao Estado do Maranhão nas operações de venda em operações internas e interestaduais.

O Armazém Mateus possui benefícios fiscais relativos a ICMS também nos estados do Pará, Piauí, Bahia e Pernambuco.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a controlada fez jus a R\$ 984.235 em subvenções estaduais (R\$ 747.133 em 31 de dezembro de 2021).

Uma subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do exercício e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições do CPC 07. A subvenção governamental não pode ser creditada diretamente no patrimônio líquido.

O tratamento contábil da subvenção governamental como receita deriva dos seguintes principais argumentos:

- a) Uma vez que a subvenção governamental é recebida de uma fonte que não os acionistas e deriva de ato de gestão em benefício da entidade, não deve ser creditada diretamente no patrimônio líquido, mas sim reconhecida como receita nos exercícios apropriados;
- b) Subvenção governamental raramente é gratuita. A entidade ganha efetivamente essa receita quando cumpre as regras das subvenções e cumpre determinadas obrigações. A subvenção, dessa forma, deve ser reconhecida como receita na demonstração do resultado nos exercícios ao longo dos quais a entidade reconhece os custos relacionados à subvenção que são objeto de compensação; e
- c) Assim como os tributos são despesas reconhecidas na demonstração do resultado, é lógico registrar a subvenção governamental que é, em essência, uma extensão da política fiscal, como receita na demonstração do resultado.

27. Instrumentos financeiros

a) Políticas e categorias dos instrumentos financeiros

A Companhia entende que os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas informações contábeis pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado, e a administração entende que os valores registrados se aproximam de seu valor justo. A seleção dos ativos e passivos apresentados nesta Nota Explicativa ocorreu em razão de sua relevância.

Foi considerado como cenário mais provável de se realizar, na avaliação da administração, nas datas de vencimento de cada uma das operações, as curvas de mercado (moedas e juros) da B3. Dessa maneira, no cenário provável (i) não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros. Para os cenários (ii) e (iii), para efeito exclusivo de análise de sensibilidade, considerou-se, conforme determinado nas normas editadas pela CVM, uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco, até um ano dos instrumentos financeiros. A Companhia divulgou a exposição líquida dos instrumentos financeiros derivativos, os instrumentos financeiros correspondentes e certos instrumentos financeiros na tabela de análise de sensibilidade a seguir, para cada um dos cenários mencionados.

A classificação dos principais instrumentos financeiros da Companhia é apresentada conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativos financeiros - custo amortizado				
Caixa e equivalente de caixa	175.729	434.954	1.795.647	877.255
Contas a receber	-	-	2.548.256	1.816.264
Partes relacionadas	2.005	2.000	7.238	7.321
Títulos e valores mobiliários	-	-	1.508	3.071
Total	177.734	436.954	4.352.649	2.703.911
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado				
Fornecedores	69	-	2.008.574	1.056.585
Empréstimos e financiamentos	-	-	738.801	630.092
Debêntures	-	-	1.092.252	412.277
Partes relacionadas	350	350	25.097	20.279
Total	419	350	3.864.724	2.119.233

b) Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a riscos financeiros e regulatórios. O programa de gestão de risco global da Companhia considera na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pelo setor financeiro da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de administração. O setor financeiro da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. A Diretoria estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas.

i) Risco de mercado

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

ii) Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da escolha dos ativos para compor a carteira de investimentos, na capacidade financeira das contrapartes dos contratos de derivativos e da dificuldade de recebimento na liquidação de vendas e pelo não cumprimento de obrigações pela entrega de bens ou serviços pagos através de adiantamento a fornecedores.

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito, incluindo contas a receber em aberto.

iii) Risco de vencimento antecipado de debêntures

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de debêntures da Companhia, as quais estão mencionadas na Nota Explicativa nº 14.

iv) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função de prazos de realização/ liquidação de seus direitos e obrigações. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre três e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2022				
Fornecedores	2.008.574	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	101.429	298.906	237.218	101.248
Debêntures	91.402	116.000	358.183	526.667
Partes relacionadas	-	25.097	-	-
Em 31 de dezembro de 2021				
Fornecedores	1.056.585	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	81.740	103.809	438.534	6.009
Debêntures	91.092	90.815	230.370	-
Partes relacionadas	-	20.279	-	-

v) Instrumentos financeiros derivativos

	Consolidado			
	2022		2021	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Swaps de taxa de juros - hedge de valor justo	-	4.519	3.329	-
Circulante	-	-	-	-
Não circulante	-	4.519	3.329	-
Total	-	4.519	3.329	-

Os derivativos são usados apenas para fins econômicos de hedge cujo objetivo é proteger das taxas de juros fixas, convertendo a dívida em taxa de juros atreladas ao certificado de depósito interbancário, e não como investimentos especulativos. Esses derivativos não se enquadram nos critérios de contabilidade de hedge e são classificados como "Swap de taxa de juros – hedge" para fins contábeis e mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os derivativos para negociação são classificados como ativo ou passivo circulante. O valor justo total de um derivativo de hedge é classificado como ativo ou passivo não circulante, se o período remanescente para o vencimento do item protegido por hedge for superior a 12 meses.

Os valores de referência (nacional) dos contratos de swap de taxas de juros, em aberto em 31 de dezembro de 2022, correspondem a R\$ 162.509 (2021 – R\$ 162.509).

vi) Valores justos dos instrumentos financeiros derivativos

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado entre partes com conhecimento e voluntariamente em uma operação em condições de mercado.

Os valores justos são calculados pela projeção do fluxo de caixa futuro das operações, usando as curvas do CDI e descontando-os ao valor presente, usando taxas de mercado do CDI para swap, que são divulgadas pela B3.

c) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

i) Índice de endividamento

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

O índice de endividamento no final do período findo em 31 de dezembro de 2022 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é o seguinte:

	31/12/2022	31/12/2021
Dívida	1.831.053	1.042.369
Caixa e equivalentes de caixa	(1.795.647)	(877.255)
Títulos e valores mobiliários	(1.508)	(3.071)
Dívida líquida	33.898	162.043
Patrimônio líquido	7.541.985	6.476.581
Índice de endividamento líquido	0,004	0,03

d) Risco de taxa de juros

i) Análise de sensibilidade para exposição de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

A Companhia possui exposição a taxas de juros em suas aplicações financeiras equivalentes de caixa e nos títulos e valores mobiliários, vinculados ao CDI e empréstimos e financiamentos vinculados a TJLP. Foram realizadas análises de sensibilidade em relação a possíveis variações nesta taxa de juros.

Na data de encerramento do exercício findo, a administração estimou cenários de variação na CDI e TJLP. Para o cenário atual, foram utilizadas as taxas vigentes na data de encerramento do exercício findo e para provável foram utilizadas taxas de acordo com as expectativas de mercado.

Tais taxas foram estressadas com aumento e redução em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os testes de sensibilidade dos cenários adversos, conforme demonstrado a seguir.

Simulação com expectativa do CDI e TJLP projetados, conforme a seguir:

	Cenário atual	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Saldo de aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	1.795.647	1.918.290	1.979.521	2.040.753	2.101.984	2.163.396
Taxa média (% do CDI)	-	100%	100%	100%	100%	100%
CDI projetado	-	6,83%	10,24%	13,65%	17,06%	20,48%
Saldo de aplicações financeiras	1.508	1.611	1.662	1.714	1.765	1.817
Taxa média (% do CDI)	-	100%	100%	100%	100%	100%
CDI projetado	-	6,83%	10,24%	13,65%	17,06%	20,48%
Saldo de financiamentos para investimento em máquinas e equipamentos - Finame (BNDES)	197.696	215.785	218.830	221.854	224.899	227.924
Juros sobre financiamento (IPCA + 6,08%)	-	9,15%	10,69%	12,22%	13,76%	15,29%
IPCA projetada	-	2,90%	4,34%	5,79%	7,24%	8,69%
Saldo de empréstimos para capital de giro	487.727	539.280	548.059	556.838	565.617	574.396
Juros sobre financiamento (TJLP + 6,97%)	-	10,57%	12,37%	14,17%	15,97%	17,77%
TJLP projetada	-	3,60%	5,40%	7,20%	9,00%	10,80%
Saldo de "leasing"	53.378	55.780	56.741	57.702	58.662	59.623
Juros sobre "leasing" (TJLP + 0,9%)	-	4,50%	6,30%	8,10%	9,90%	11,70%
TJLP projetada	-	3,60%	5,40%	7,20%	9,00%	10,80%
Saldo de debêntures	1.092.252	1.159.862	1.179.523	1.199.183	1.218.844	1.238.505
Juros sobre debêntures (TJLP + 2,59%)	-	6,19%	7,99%	9,79%	11,59%	13,39%
TJLP projetada	-	3,60%	5,40%	7,20%	9,00%	10,80%

ii) Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros

Os níveis de hierarquia de valor justo de 1 a 3 se baseiam no grau com base no qual o valor justo é observável:

- As mensurações do valor justo do Nível 1 são aquelas resultantes dos preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- As mensurações do valor justo do Nível 2 são aquelas resultantes de outras informações que não sejam os preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta (por exemplo, como preços) ou indiretamente (por exemplo, resultante dos preços); e
- As mensurações do valor justo do Nível 3 são aquelas resultantes de técnicas de avaliação que incluem informações do ativo ou passivo que não se baseiam em dados observáveis de mercado (informações não observáveis).

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros referentes aos ativos e passivos da Companhia equivalem, em 31 de dezembro de 2021, aproximadamente, aos seus valores de mercado e estão devidamente apresentados. Os efeitos de ganhos e perdas são reconhecidos no resultado à medida que são auferidos e incorridos. Os instrumentos financeiros apresentados nessa demonstração financeira foram classificados como nível 3 na hierarquia de valor justo.

28. Resultado por ação

a) Política contábil

A Companhia apresenta dois métodos de cálculo do resultado por ação: (i) lucro (prejuízo) básico; e (ii) lucro (prejuízo) diluído. O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado com base no número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício, exceto as ações emitidas para pagamento de dividendos e ações em tesouraria.

O lucro (prejuízo) diluído leva em consideração o número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício, a participação de seus acionistas em exercícios futuros, tais como as opções de ações que, se exercidas pelos seus detentores, aumentarão o número de ações ordinárias e/ou preferenciais da Companhia, diminuindo o lucro por cada ação.

b) Quadro de resultado por ação

O quadro a seguir apresenta a determinação do lucro (prejuízo) líquido disponível aos detentores de ações e a média ponderada das ações em circulação utilizada para calcular o lucro (prejuízo) básico e diluído por ação excluindo as ações compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria em cada exercício apresentado.

Para o cálculo do resultado por ação, foi considerado a atual composição de ações ordinárias para o exercício comparativo, conforme requerido pelo CPC 41 – Resultado por Ação, mantendo o denominador básico e diluído em bases comparativas.

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia	1.052.419	758.931
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	4.780.929	4.780.929
Lucro líquido básico por ação - R\$	0,22	0,16

29. Transações que não afetaram caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Adições de contratos de arrendamento	437.606	481.622
Contratos encerrados	(95.611)	(193.696)
Contas a receber	20.731	-
PECLD	(20.731)	-

30. Autorização para emissão das informações contábeis individuais e consolidadas

O Conselho de administração da Companhia autorizou a emissão das presentes informações contábeis individuais e consolidadas em 09 de março de 2023.

* * *

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia, em cumprimento aos deveres estatutários e legais, examinou as Demonstrações Financeiras relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2022, e emitiu parecer favorável à aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia.

DocuSigned by:

02DCA8EA892545E
Joaquim Valdimar Nascimento
Presidente

DocuSigned by:

79C221A574C1430...
Diego Eceiza Nunes
Membro

DocuSigned by:

2029722226284CF
Helena Turola de Araujo Penna
Membro

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA

Os membros do Comitê de Auditoria aprovaram o seguinte parecer a ser submetido à apreciação do Conselho de Administração:

“O Comitê de Auditoria, no uso das suas atribuições regulamentares, em reunião realizada às 11 horas em 28 de fevereiro de 2023, na sede social da Companhia, apreciou as informações financeiras da Companhia referentes ao quarto trimestre do exercício social de 2022, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório de revisão especial do auditor independente, segundo relatório preliminar. Com base nos exames efetuados, nos esclarecimentos prestados pela Administração e, considerando ainda, o parecer de revisão sem ressalvas da Grant Thornton Auditores Independentes Ltda., o Comitê de Auditoria concluiu que as citadas informações financeiras, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados e recomendam o seu encaminhamento para deliberação do Conselho de Administração”.

São Luís, MA, 27 de fevereiro de 2023.

DocuSigned by:

Margil Mourão Gil Nunes

076927BC4B884EF...

Margil Mourão Gil Nunes

DocuSigned by:

Carlos Henrique Bandeira de Mello Júnior

A942487A47074A7

Carlos Henrique Bandeira de Mello
Junior

DocuSigned by:

José Billegas

B336E070B258474

José Billegas

DECLARAÇÃO

A Diretoria do Grupo Mateus, sociedade por ações com sede na Avenida Daniel de La Touche, nº 73, Loja 03, bairro Cohama, na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 24.990.777/0001-09 (“Companhia”) declara, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que:

(i) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; e

(ii) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

São Luís, 08 de março de 2023

Jesuino Martins Borges Filho
Diretor Presidente

Tulio Jose Pitol de Queiroz
Vice-Presidente Financeiro e Diretor de Relações com Investidores